Biblioteca DIGITAL CÂMARA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REFORMA POLÍTICA

Comissão de Legislação Participativa
da Câmara dos Deputados

2009

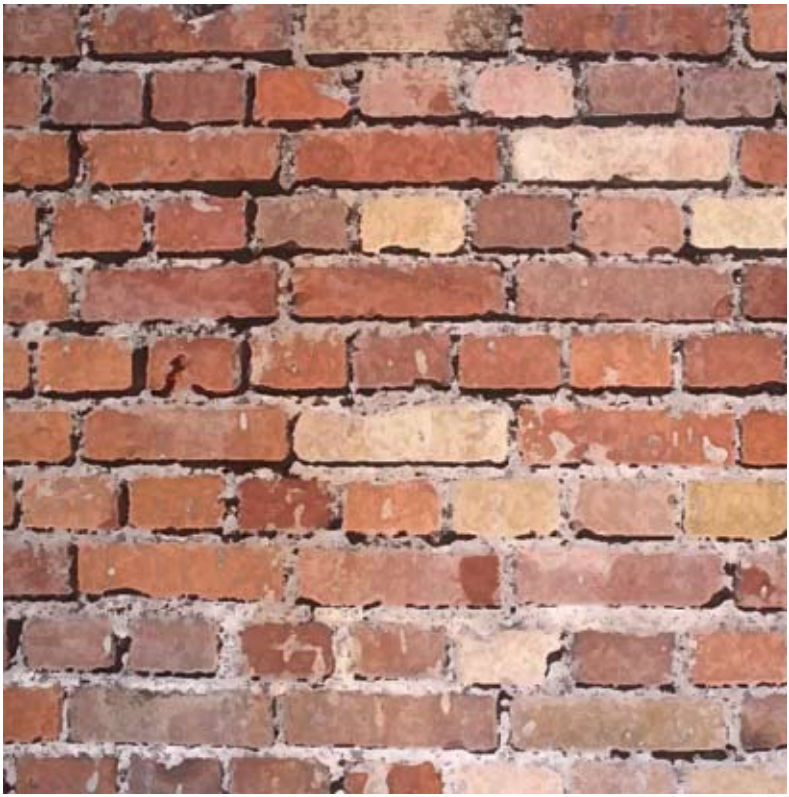
Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
http://bd.camara.gov.br

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

Câmara dos Deputados

ação parlamentar

REFORMA POLÍTICA



Comissão de Legislação Participativa

Brasília | 2009

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
2009

Presidente
Michel Temer

1º Vice-Presidente
Marco Maia

2º Vice-Presidente
Antonio Carlos Magalhães Neto

1º Secretário
Rafael Guerra

2º Secretário
Inocêncio Oliveira

3º Secretário
Odair Cunha

4º Secretário
Nelson Marquezelli

Suplentes de Secretário

1º Suplente
Marcelo Ortiz

2º Suplente
Giovanni Queiroz

3º Suplente
Leandro Sampaio

4º Suplente
Manoel Junior

Diretor-Geral
Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa
Mozart Vianna de Paiva

Câmara dos Deputados

Comissão de Legislação Participativa

REFORMA POLÍTICA

Audiência pública realizada no dia 11 de novembro de 2008, pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2009

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA
Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA
Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
Diretor Silvio Avelino da Silva

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
Diretor José Oliveira Anunciação

Projeto gráfico Racsow
Diagramação, capa e ilustração Pablo Maury Braz

Esta obra foi revisada em 2008, antes da vigência do novo Acordo Ortográfico.

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação – Cedi
Coordenação Edições Câmara – Coedi
Anexo II – Térreo – Praça dos Três Poderes
Brasília (DF) – CEP 70160-900
Telefone: (61) 3216-5802; fax: (61) 3216-5810
edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE
Ação parlamentar
n. 391

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Legislação Participativa.
Reforma política. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.
82 p. – (Série ação parlamentar ; n. 391)

Audiência pública realizada no dia 16 de novembro de 2008, pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.
ISBN 978-85-736-5601-5

1. Reforma política, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 654.19(81)

ISBN 978-85-736-5601-5 (brochura) ISBN 978-85-736-5625-1

Sumário

Membros da Comissão de Legislação Participativa – 2008 5

Equipe Técnica da
Comissão de Legislação Participativa – 2008..... 7

Apresentação..... 9

Participantes..... 11

Pauta de Reunião Ordinária..... 13

Audiência Pública 15

Siglário..... 81

Membros da Comissão de Legislação Participativa – 2008

Mesa da Comissão		
Presidente	**Adão Pretto**	**PT (RS)**
Vice-Presidentes	**Eduardo Amorim**	**PSC (SE)**
	Pedro Wilson	**PT (GO)**
	Dr. Talmir	**PV (SP)**

Composição da Comissão		
Titulares		
Bloco PMDB/ PT/ PP/ PR/ PTB/ PSC/ PTC/ PTdoB		
Deputado	**Adão Pretto**	**PT (RS)**
Deputado	**Eduardo Amorim**	**PSC (SE)**
Deputado	**Fátima Bezerra**	**PT (RN)**
Deputado	**Jurandil Juarez**	**PMDB (AP)**
Deputado	**Pedro Wilson**	**PT (GO)**
Deputado	**Silas Câmara**	**PSC (AM)**
Deputada	**Suely**	**PR (RJ)**
Bloco PSDB/ DEM/ PPS		
Deputado	**Eduardo Gomes**	**PSDB (TO)**
Deputado	**Geraldo Thadeu**	**PPS (MG)**
Bloco PSB/ PDT/ PCdoB/ PMN		
Deputada	**Luiza Erundina**	**PSB (SP)**
PV		
Deputado	**Dr. Talmir**	**PV (SP)**
PSOL		
Deputado	**Chico Alencar**	**PSOL (RJ)**

Suplentes	
Bloco PMDB/ PT/ PP/ PR/ PTB/ PSC/ PTC/ PTdoB	
Deputado **Fernando Ferro**	**PT (PE)**
Deputado **Iran Barbosa**	**PT (SE)**
Deputado **João Pizzolatti**	**PP (SC)**
Deputado **Leonardo Monteiro**	**PT (MG)**
Deputado **Lincoln Portela**	**PR (MG)**
Deputado **Mário de Oliveira**	**PSC (MG)**
Bloco PSDB/ DEM/ PPS	
Deputado **Eduardo Barbosa**	**PSDB (MG)**
Bloco PSB/ PDT/ PCdoB/ PMN	
Deputado **Paulo Pereira da Silva**	**PDT (SP)**

Equipe Técnica da Comissão de Legislação Participativa – 2008

Secretária da Comissão **Sonia Hypolito Lichtsztejn**

Equipe de apoio técnico-administrativo

Ana Cristina Almeida Santana
Augustino Pedro Veit
Cibele de Fátima Morais Rocha
Claudio Ribeiro Paes
Eduardo Felício Barbosa
Eliana Teixeira Gaia
Gilvan Mendes da Silva
Gisele Villas Boas
Mariana Mei de Souza
Marilena Tavares Nunes
Mauro Cunha Batista de Deus
Nilma Martins Calazans
Rosana Maria Tenroller
Rosiana Pereira de Queiroz
Sara Teixeira Santos

Adolescentes

Bruno Daniel Arruda da Silva
Raissa Karoline de Sousa Lima

Apresentação

O tema da Reforma Política está há muito tempo em compasso de espera para que o Parlamento brasileiro e o Governo tomem efetivamente esta como uma pauta fundamental para que aconteça uma efetiva reestruturação do sistema político brasileiro.

Diante deste tema de maior importância para a sociedade brasileira, a Comissão de Legislação Participativa (CLP) acolheu os Requerimentos das Deputadas Luiza Erundina (CLP) e Iriny Lopes, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), e realizou, no dia 11 de novembro de 2008, uma Audiência Pública para debater a Reforma Política.

Tivemos a grata satisfação de contar com a presença dos Ministros Tarso Genro e José Múcio Monteiro, que apresentaram um ante projeto de Reforma Política do executivo. A sociedade civil contou com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), do Conselho Nacional das Mulheres, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Tivemos ainda a participação da "Frente Parlamentar pela Reforma Política e Participação Popular" e de vários outros segmentos importantes da sociedade civil, dos movimentos sociais e de Parlamentares de várias agremiações partidárias, confirmando assim a importância desta iniciativa.

A Audiência Pública foi realizada logo após as eleições municipais, e foi um momento oportuno de avaliação e constatação do esgotamento de nosso sistema político. Estas eleições, mais do que outras, mostraram o quanto o sistema político está contaminado por interesses fisiológicos e econômicos, ou seja, a compra de votos foi a tônica, enquanto a plataforma política de interesse social é, a cada dia mais, deixada de lado.

O debate seguiu a linha de apresentação do anteprojeto do Executivo e das propostas da sociedade civil. A proposta do Executivo passa pela defesa do financiamento público das campanhas, da lista fechada, da fidelidade partidária, da instalação de uma cláusula de desempenho e do fim das coligações proporcionais, que segundo opinião do governo serviria para acabar com a negociata que se estabelece entre programas partidários muitas vezes contraditórios, mas que se utilizam desse pressuposto para obter mais tempo na programação de rádio e TV.

A sociedade civil trouxe a percepção de sua relação com Parlamento, mostrando um descrédito muito grande e, por isso, uma dificuldade de envolver a população de forma mais ampla neste debate.

A concepção de Reforma Política para a sociedade civil deve ser mais ampla, não apenas uma reforma eleitoral, principalmente no sentido de ampliar os canais de participação popular, de democracia e de controle social.

A Audiência Pública mostrou a diversidade e a divergência de opiniões acerca deste assunto, no entanto, ficou nítida a necessidade de que se estabeleça o debate com a sociedade para que a Reforma Política aconteça para acabar com as distorções e com o clientelismo que tanto mal fazem à população brasileira. Que este seja o primeiro de tantos outros debates necessários para avançarmos nesta construção. Desejo uma boa leitura a todos.

Deputado Adão Pretto
Presidente da CLP

Participantes

SEAR JASU	Advogado
PAULO ROBERTO MATOS	Presidente/ PHS – Partido Humanista de Solidariedade
ÂNGELA BARRETO	Assessoria Técnica/ Liderança do PP
KRISTIN WYLIE	Universidade do Texas – EUA/Departamento de Ciências Políticas
NARCISO PORTELA JÚNIOR	Assessoria de Imprensa/ Ministério da Justiça
MARCOS POLILA BARROS	Assessor/ Liderança do PSDB
JULIANO A. L. BARBOSA	Assessor/ CFEMEA
JEFERSON LUZ RIBEIRO	Repórter/ Portal G1
DJANIA SAVOLDI	Jornalista/ Tendencias
RITA SARD	Repórter/ Rodo2
LEONE RIBEIRO GOVÊA	Assessoria/ Arraial do Cabo
JOSÉ FRANCISCO B. OLIVEIRA	Professor/ SINPRO
TATYANA VENDRAMINI	Assessora/ Câmara PSB
MAIZA LIMA	Assessora/ Câmara
RAQUEL F. GUISONI	Conselheira/ CNDM
MARCELLO LAVENÉRE	Membro/ OAB
PAULO HENRIQUE MACHADO	Secretaria Geral/ AMB
CÉLIA M. S. VIEIRA	Secretaria Parlamentar/ TSE
LEONARDO VIEIRA	Assessor/ CUT
LUCIA REIS	Diretora Executiva/ CUT Nacional
STELLA TAQUETE	Assessora / SPM/PR
MARYANE GORETE PEREIRA	
LISANDRA ARANTES	Advogada/ Abong

SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO	Coord. Nacional/ MSV
ANDRÉ LUIS DOS SANTOS	Assessoria Parlamentar/ DIAP
JOSEANE RECH HAGLENI	Tec. Prev/ UNASLAF
DENISE MARTINEZ GONÇALVES	Analista Prev./ UNASLAF
CLÁUDIO DI MAURO	Assessor Parlamentar/ ANA/MMA
JOEL ALEXANDRE	Coordenador/ CAPE/UNB
DANIEL SOUSA	Assessoria Parlamentar/ CIDF
ANNA KARINA DE CARVALHO	Coordenadora/ ABEPEC
ELYESLEY SILVA DO NASCIMENTO	TSE
JOSÉ SÓTER	Coord. Executivo/ ABRAÇO
ROSA CIMIANA DOS SANTOS	Analista Político/ Secretaria Parlamentar
BERNANRD LESTIENNE	Assessor/ CNBB

Pauta de Reunião Ordinária

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

DIA 11/11/2008

Tema: Reforma Política

Origem:

Req. 43/08-CLP – autora: Deputada Luiza Erundina
Req. 113/08-CDHM – autora: Deputada Iriny Lopes

Convidados:

1 – Senhor TARSO FERNANDO HERZ GENRO,
Ministro de Estado da Justiça;

2 – Senhor JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO,
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;

3 – Senhor MARCELO LAVENÈRE,
Membro honorário vitalício do Conselho Federal da OAB;

4 – Senhora ELIANA MAGALHÃES GRAÇA,
Assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC; e

5 – Senhor CARLOS MOURA,
Secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CNBB.

Audiência Pública

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, oriunda do Requerimento nº 43, de 2008, da Deputada Luiza Erundina, da Comissão de Legislação Participativa, e do Requerimento nº 113, de 2008, da Deputada Iriny Lopes, da Comissão de Direitos Humanos.

O Ministro Tarso Genro já se encontra presente, assim como o Deputado Pompeo de Mattos. O Ministro José Múcio Monteiro Filho ainda não chegou.

Convido o Sr. Marcelo Lavenère Machado, membro do Conselho Federal vitalício da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); a Sra. Eliana Magalhães Graça, assessora do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC); o Sr. Carlos Moura, Secretário-Executivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o Sr. Paulo Henrique Machado, Secretário-Geral da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), para fazerem parte da Mesa.

Devemos esclarecer que o Deputado Ronaldo Caiado, Relator da Reforma Política, foi convidado e nos comunicou que não poderia estar presente, pelo fato de estar em viagem ao exterior.

Agradecemos aos nossos colegas Deputados e Deputadas, aos convidados e às entidades pela presença. Todos sabemos da importância de se fazer a Reforma Política. Nós, Parlamentares, já tentamos isso o ano passado e foi frustrada a nossa tentativa. Agora, após a eleição, ficou evidente que o sistema político que

temos se esgotou. Nessas eleições municipais, aconteceram muitos absurdos, e temos urgência em fazer a Reforma Política.

É importante debatermos com as entidades, com os movimentos e o povo, porque se ficar somente no Parlamento poderá frustrar novamente. Dessa forma, a base tem de estar junto, reivindicando e forçando para que essa reforma aconteça.

Se na próxima eleição não tivermos essa reforma completa, certamente será uma frustração ainda maior do que a que passou.

Agradecemos a presença a todos e vamos aproveitar o debate, que é um dos primeiros que irão acontecer.

Agradecemos às Deputadas Luiza Erundina e Iriny Lopes, autoras dos requerimentos de realização desta audiência pública.

Passo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que conjuntamente iremos realizar esta audiência pública.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Em nome da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados cumprimento os colegas Parlamentares, as nossas colegas Deputadas. Sejam todos bem-vindos à nossa reunião sobre a Reforma Política.

Cumprimento o colega Deputado Adão Pretto, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, os componentes da Mesa, as diversas entidades representativas da sociedade civil – OAB, CNBB, INESC – e, de forma muito especial, o Ministro Tarso Genro, Ministro de Estado da Justiça. S.Exa. é meu conterrâneo, gaúcho, com quem tenho uma afinidade de trabalho, de luta, de ação, de atitude e por quem tenho uma admiração por conta de tudo o que vem fazendo a favor desta Nação, assim como fez a favor de Porto Alegre, como Prefeito, e pelo nosso Estado, nas tarefas que exerceu. Agora, dignifica, com certeza, o Ministério da Justiça na missão que recebe do Presidente Lula.

Cumprimento, de forma especial, a Deputada Iriny Lopes, que já foi Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e que tomou essa iniciativa, com a Deputada Luiza Erundina, que também já presidiu a Comissão de Legislação Participativa. A experiência conta e não tenho dúvidas de que corrobora e colabora em muito para que possamos trazer esse debate à tona.

Seja bem-vindo, Deputado e Ministro José Múcio Monteiro Filho, nosso irmão e companheiro de muitas caminhadas e jornadas, que representa na sua essência o Governo do Presidente Lula.

Em rápidas palavras, até porque temos aqui os nossos anfitriões, que são a razão de ser do debate, gostaria de enfocar, Ministros Tarso Genro e José Múcio, que os direitos humanos se intrometem nessa questão até porque converge para a democratização do Estado e da sociedade.

Isso implica, naturalmente, Reforma Política capaz de dar estruturas, ampliando canais de participação democrática, aumentando o acesso à Justiça, aperfeiçoando os mecanismos de representação política. Esses são os parâmetros dos direitos civis, fazem parte dos direitos humanos e figuram no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos do qual o Brasil é signatário.

A Reforma Política, Deputado Adão Pretto, é relevante para os direitos humanos porque permite rever o pacto federativo, no sentido de estender responsabilidade sobre violação perpetradas por agentes do Estado. Aí explico: cabe à União responder à comunidade internacional sobre os crimes previstos nos tratados internacionais, relacionados, por exemplo, ao sistema carcerário, ao serviço de segurança pública e outros, cuja gestão cabe exatamente ao Estado brasileiro.

Temos o exemplo da penitenciária Urso Branco. Tenho certeza de que o Ministro Tarso Genro tem acompanhado e é uma das suas preocupações também essa penitenciária, em Rondônia, objeto de condenação, inclusive, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e que implica repercussão importante para o Brasil no cenário político internacional.

Há dez anos que esta Comissão recomenda ações para interromper as violações que ali acontecem. O Governo Federal e o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, da pessoa humana, vem tentando fazer, por todos os meios, com que o Estado de Rondônia cumpra as recomendações. E isso não vem sendo cumprido. No entanto, elas não são cumpridas, e o Brasil acaba sendo responsabilizado.

Precisamos de uma Reforma Política que inclua a revisão dos termos do pacto federativo, de modo a estender essas responsabilidades pelos direitos humanos também para os Estados e Municípios. Não pode recair tudo sobre a União o que os Estados e os Municípios fazem e sobre o que eles não têm absolutamente nenhuma responsabilidade. A União responde unicamente perante os organismos internacionais.

Ministro Tarso Genro, os Parlamentares e eu temos uma experiência política de diversos pleitos. Já concorri a sete pleitos: Vereador, Prefeito, duas vezes Deputado Estadual e três vezes Deputado Federal.

Sabemos o que é a disputa política deste País. Cada vez mais, o dinheiro manda na disputa, e cada vez distorce mais a representação, a representatividade, a relação com o eleitor, o eleitor com o político. A classe política se desmoraliza eleição após eleição. É uma coisa absurda e impressionante. Os partidos são jogados no lixo, desconsiderados, desconhecidos, desarranjados, desarrumados, desorganizados. Enfim, é preciso, mais do que nunca, fortalecer os partidos, regrar a eleição de acordo com a lista, o financiamento público de campanha e terminar com a coligação proporcional. Acho que partido que é partido tem de ter sua identidade, tem de jogar com o seu time. Como dizíamos no interior, em Santa Maria, nas missões, chega de jogar com enxerto. Tendo tempo, cada um arruma o seu time e joga com ele completo, tenho certeza.

Este é o debate que se propõe. Tenho certeza de que a sociedade quer isso, e se a sociedade quer, esta Casa, como dizia Ulysses Guimarães, acaba querendo. Então, temos de querer também. Aliás, essa também é uma expressão do Deputado Ibsen Pinheiro: se o povo quer, se a sociedade quer, esta Casa acaba querendo. A sociedade quer a Reforma Política, esta Casa tem que entender, assimilar e fazer o melhor.

Seja bem-vindo, Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Agradecemos ao colega e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Pompeo de Mattos.

Declaro as regras do debate que faremos nesta audiência pública.

Cada debatedor deverá se ater ao tema e não poderá ser aparteado. Somente após as explanações dos convidados será aberto o debate. Cada companheiro expositor terá quinze minutos para fazer sua explanação. Após, as pessoas que quiserem fazer perguntas terão de se inscrever antecipadamente e usarão o tempo de três minutos.

Passo a palavra ao Ministro Tarso Genro. S.Exa. dispõe de quinze minutos.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Obrigado, Presidente, Deputado Adão Pretto, minha saudação a V.Exa., que preside esses trabalhos, e ao Presidente Pompeo de Mattos.

Saúdo meu querido companheiro de governo, Ministro José Múcio, a quem foi delegada, pelo Presidente da República, juntamente com este Ministro da Justiça, a tarefa de encaminhar aos Parlamentares uma sugestão de Reforma Política para colaborar com o debate que esta Casa já vem fazendo há alguns anos. Obviamente, o Executivo não pode ficar alheio a ele até em função do que vem ocorrendo há sucessivas eleições no País. Se é verdade que ainda não deslegitimaram o processo eleitoral democrático, essa legitimação poderá ocorrer proximamente, em virtude dos problemas que se vêm acumulando no sistema eleitoral brasileiro, no sistema político e no sistema partidário.

Saúdo o sempre Presidente Marcelo Lavenère, que compõe a Mesa, a Profª. Eliana Magalhães, que representa o INESC, e o Dr. Paulo Henrique Machado, Secretário-Geral da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), com quem já tive oportunidade de compartilhar idéias, juízos em questões relacionadas à Reforma Política e ao Poder Judiciário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, representantes da sociedade civil que acompanham este debate, senhoras e senhores jornalistas que prestigiam este evento, vou procurar fazer uma intervenção breve e que, desejo, seja suficientemente sugestiva para, a partir de uma avaliação do sistema político e partidário atual, levantar questões que podem e devem ser resolvidas, na opinião do Poder Executivo, mas que ficarão

obviamente sujeitas ao diálogo a ser processado nesta Casa entre as bancadas, as posições políticas e a sociedade civil.

É sabido que se há algum assunto, alguma matéria que o ponto de vista do Executivo deva ser relativizado é exatamente essa questão da Reforma Política, embora o Executivo tenha o direito e a obrigação de expor os seus pontos de vista ao exame da soberania do Poder Legislativo.

Percebemos, neste último processo eleitoral, a possibilidade de propor ao debate da sociedade e ao exame desta Casa algumas questões que se tornaram evidentes.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, apenas para citar um exemplo, recentemente, todos os Deputados da Assembléia Legislativa, de todos os partidos políticos participantes, trouxeram ao Presidente da República um documento no qual postulavam que o Poder Executivo ajudasse no debate da Reforma Política.

Não levantaram, obviamente, afinidades nem dissidências em relação ao que o Governo, o Ministro José Múcio, o Presidente da República e eu estamos pensando a respeito deste assunto.

Mas em virtude da sua experiência acumulada e dos resultados deformantes desse último processo eleitoral, entendemos de trazer ao Poder Executivo a sugestão para que participasse desse debate, inclusive manifestasse sua opinião sobre temas relevantes.

Já havíamos recebido, o Ministro José Múcio e eu, do Presidente a incumbência de que colocássemos em avaliação, em consulta pública, um conjunto de idéias sobre a Reforma Política. Antes de fazê-lo, trouxéssemos ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal as idéias alinhavadas em torno de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e cinco anteprojetos de lei para que esse debate fluísse em torno de algumas idéias que, eventualmente, poderiam contribuir para as reformas que este Poder Legislativo se dispusesse a fazer.

Quero deixar bem claro que esse material que está circulando, a partir da iniciativa do Poder Executivo, é uma sugestão para o debate e procura encaminhar algumas questões que sentimos são mais urgentes e mais preocupam lideranças políticas importantes, vastos setores da academia, representações da sociedade civil.

Foi feita uma articulação, pela Ordem dos Advogados do Brasil, com entidades da sociedade civil, que também representam algumas idéias alinhavadas em consonância com essa sociedade civil a partir do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Elencamos esses temas porque nos pareceram os mais recorrentes em cada debate, em cada sugestão encaminhada ao Governo pela sociedade civil, e percorreu um conjunto de discussões em seminários e debates que o CDES travou durante largo tempo.

Em primeiro lugar, detectamos no sistema político brasileiro, a partir dessas demandas que nos foram colocadas, uma visão de que existe excesso de partidos políticos que está balizando, em algumas regiões, provavelmente com algum tipo de reflexo nas grandes questões nacionais, a existência de siglas partidárias que, na verdade, não têm representação social nem política. São siglas partidárias que aparecem, registram-se e que, independentemente da honestidade política, da boa vontade e da seriedade dos seus protagonistas, não têm a capacidade de agregar valor ao sistema político nem de gerar qualquer empatia social para o seu presumido programa de atuação política.

São partidos que aparecem e que, às vezes, desaparecem no sistema eleitoral, mas que são utilizados nas relações políticas regionais ou em determinadas oportunidades como elementos de transação para agregação de tempo eleitoral, eventualmente, com algumas consequências deformantes nessa relação.

Procura-se uma proposta aberta de cláusula de desempenho, procura-se reduzir o número de partidos políticos, sem prejuízo de que essa redução seja datada a partir de determinado momento que o Congresso Nacional entenda pertinente para a vigência dessa cláusula de desempenho.

Se é verdade que, na avaliação que ora fazemos, já estamos colocando uma cláusula de desempenho, nada impede que haja uma grande negociação política e que se determine, por exemplo, que essa cláusula de desempenho para a existência do partido político e da sua representação no Parlamento passe a ser vigente, por exemplo, a partir de 2010, 2014 ou 2018. Nesse prazo, os partidos políticos poderão tentar o seu credenciamento social

e político, um *quantum* eleitoral, um coeficiente eleitoral capaz de fazer valer alguma proposta de algum setor da sociedade que mereça compartilhar do sistema político em pé de igualdade com os grandes partidos políticos.

Essa questão da cláusula de desempenho é difícil e, na nossa opinião, tem de ser discutida com moderação, porque não pode ser um elemento factual ou contingente para impedir, por exemplo, a existência de determinados partidos que são hoje pequenos mas que têm a possibilidade de avançar, sejam eles de direita ou de esquerda, por meio de representação política maior no cenário político nacional.

É necessário ponderar essa questão e visualizar o tempo hábil em que essa cláusula de desempenho poderá funcionar, o que já poderá determinar um rearranjo nas relações políticas regionais, uma vez que as pessoas e as Lideranças começam a se movimentar no que diz respeito à sua possibilidade legítima de sobrevivência política nos pleitos que se vão suceder.

Uma segunda questão que aborda esse glossário de propostas ou de idéias do Governo é a valorização dos partidos políticos. Sabem os senhores que essa questão é extremamente difícil e traz polêmicas extraordinariamente grandes e potentes.

Por exemplo, há algum tempo, participei de debate com o Ministro Célio Borja, a quem confiro grande sabedoria jurídica, conhecimento e experiência institucional importante, que militantemente se posicionou contra a lista fechada e a favor do voto pessoal. Cito isso para que se veja a dificuldade que temos quando figuras ilustres de diversas posições políticas fixam determinados pontos como importantes na sua visão e no seu ideário democrático.

A nós nos parece, porém, que se deve colocar em discussão a questão da lista fechada, com a preocupação de regulamentar a vida interna dos partidos, de maneira democrática e minudente. A lista fechada deve representar, de fato, uma equação democrática do contingente agregado em torno da sigla partidária, e não a substituição de relações ou preferências pessoais que extravasam as relações programáticas para questões que, em última instância, gerem a possibilidade de caudilhismo interno nos

partidos, ou seja, a possibilidade de que seja essa lista arranjada segundo uma visão autoritária.

A adoção da lista fechada pode efetivamente proporcionar a valorização dos partidos políticos. Na nossa opinião, os partidos vão ter a preocupação de colocar um ordenamento na lista a partir de figuras que tenham proeminência e que sejam chamariz para atrair cada vez mais votos e, portanto, aumentar o número de Parlamentares eleitos por aquele partido.

O que tem ocorrido hoje é exatamente o contrário: as candidaturas dentro das siglas disputam entre si. Ou seja, hoje, eu tenho de ter a preocupação, como ocorreu quando fui candidato à Assembléia Nacional Constituinte, de fazer mais votos do que o meu companheiro Paulo Renato Paim, que teve cerca de trezentos votos mais do que eu, porque eu sabia, naquela oportunidade, que o contingente eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) era suficiente para eleger apenas dois Deputados Constituintes. Ficamos, então, eu e o Paim, apenas para dar um exemplo pessoal, disputando determinado número de eleitores, para que um de nós, independentemente da nossa relação com o partido, da nossa afinidade programática, fosse eleito. Não fizemos uma campanha para o nosso partido, mas uma campanha pessoal, porque essa era a disputa que vigorava.

A lista, portanto, do ponto de vista político, produz uma valorização do sujeito político-partidário, do sujeito político-partido, determinando que o eleitor estabeleça uma visão mais ideológica, mais programática, mais responsável politicamente com os candidatos. Se eu quiser votar em determinado candidato tenho de verificar em que partido ele está, em qual posição na lista ele está, para ver se o meu não vai ser um voto perdido.

O que tem ocorrido hoje, em razão da lista aberta e das coligações que estão na base dessa concepção, é o que houve, por exemplo, na minha cidade, Porto Alegre, em que o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – apenas para dar um exemplo local – e o Democratas tinham votos para eleger dois Vereadores cada um e não elegeram nenhum. Os eleitores do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Democratas (DEM) foram fraudados, porque votaram em candidatos que participavam de determinadas coligações

que não permitiram que o seu juízo político sobre a cidade e a sua visão programática se externasse no resultado eleitoral.

A lista fechada é, portanto, um elemento importante de valorização dos partidos políticos, com as flexões que podem ser dadas se eventualmente não for esse o caminho.

Um terceiro ponto que nos parece importante é o financiamento das campanhas. Hoje todos temos consciência de que se não nos movermos em direção a um financiamento nas campanhas nacionais e regionais, mesmo nas grandes cidades, nas grandes aglomerações eleitorais, para conseguir um bom financiamento, estabelecendo uma relação direta de pedido – e, às vezes, de súplica – aos empresários para que eles banquem as campanhas, os partidos não têm a possibilidade de ter expressão na disputa político-eleitoral.

Essas relações que, de resto, são normais, democráticas, respeitáveis, com facilidade podem resvalar para determinados compromissos, ao estabelecer uma ligação entre as fontes de financiamento e a natureza do mandato, seja um mandato parlamentar, seja um mandato executivo.

Se não tivermos financiamento público de campanha exclusivo – é a nossa opinião –, poderíamos ter um financiamento público de 80%, por exemplo, com financiamento individual, não de pessoa jurídica, de 20% daquilo que é repassado para o partido. E isso deve estar conectado com a lista e pode ser uma solução intermediária. Mas, na nossa visão, o ideal é que haja financiamento público exclusivo, com forte controle da Justiça Eleitoral e contabilidade *on line*, para ser verificado ao vivo e a cores o uso desses recursos. Dessa forma, poderíamos retirar da agenda política democrática do Brasil o abuso do poder econômico e a desigualdade gerada na campanha em razão das fontes de financiamento.

E essa é, sim, uma fonte deformante do sistema político atual. As campanhas são cada vez mais caras, os materiais são cada vez mais sofisticados, as candidaturas são cada vez mais ousadas nessa relação com os financiamentos, e as articulações entre o financiamento e o desempenho dos mandatos se tornam não só evidentes publicamente, mas também prejudicam os próprios

candidatos e degradam a relação do Parlamentar ou do chefe do Poder Executivo com a sociedade.

Não se trata de buscar pessoas que têm mais ou menos efeitos pessoais, não se trata de buscar, entre os partidos, os que recorrem mais ou menos ao financiamento público de grandes empresas, que têm fortes interesses econômicos perante o Estado, seja em âmbito municipal, seja em âmbito estadual, seja em âmbito federal. Trata-se de conceber isso como um sistema de financiamento que chegou a seu limite. E, para valorizar o sistema democrático, temos de permitir que o financiamento seja público, de acordo com as melhores possibilidades de distribuição desses recursos e, portanto, cortar esses laços, que são legais, mas que podem se tornar perversos, entre candidatura financiada e financiadores.

Inelegibilidade. Há controvérsia no que se refere ao registro e à permanência da candidatura de pessoas que cometeram delitos ou crimes eleitorais. Estamos fazendo uma proposta que restringe a participação de criminosos contumazes no processo eleitoral, de pessoas que participam do processo eleitoral, muitas vezes, visando apenas à obtenção de foro privilegiado, imunidade parlamentar e outras prerrogativas.

Como nosso Poder Judiciário, apesar da boa vontade, do esforço e do trabalho dos juízes, ainda é moroso e assoberbado de demandas, principalmente de natureza penal, que impedem a rápida distribuição da Justiça, estamos propondo que a inelegibilidade possa ser decretada por um órgão colegiado da Justiça, retirando essa decisão monocrática do juiz singular.

Então, se tivermos, por exemplo, uma decisão colegiada do Tribunal de Justiça do Estado em relação a determinado delito, essa condenação, embora não transitada em julgado no Supremo, pode servir para cassação da candidatura ou, eventualmente, do mandato, se o mandato já estiver na posse daquele que foi eleito.

Esse anteprojeto de lei complementar, na verdade, visa fazer uma mediação entre a vontade que emerge da sociedade de não permitir que criminosos contumazes, pessoas que, às vezes, têm oito, dez processos não transitados em julgado possam ser candidatas e o julgamento do registro da candidatura pelo juiz singular, fazendo com que haja certa estabilidade na sentença, que

seria dada por um tribunal colegiado, que é sempre mais rápida e que pode ser ainda mais apressada processualmente, inclusive com algumas medidas tomadas na discussão dessa proposta.

Quanto à fidelidade partidária, estamos introduzindo a possibilidade de uma janela negativa para o oportunismo, uma janela que não permita que a mudança de partido ocorra à soberana e exclusiva vontade e tempo daquele que detém o mandato num determinado momento da sua existência como representante de um partido político.

Essa proposta fortalece o partido político ao possibilitar mudança de partido apenas em caso de perseguição política e para disputar a eleição subsequente. Não permite aquela mudança de partido que ocorre depois da eleição, quando, segundo o nosso sistema presidencialista de natureza praticamente parlamentar, é formada a base de sustentação do Governo, seja municipal, seja estadual, seja federal. Esse é um hábito político existente no País – e não carrega nenhuma imoralidade em si, nenhuma ilegalidade.

Evidentemente, a troca de partido é uma traição ao eleitor, que votou no candidato também pela sigla. Se era de um partido que fazia oposição ao Governo e, depois de eleito, foi para uma sigla que apóia o Governo, passará a ter ação política desvinculada da representação originária que recebeu. Portanto, é um janela que permite uma mobilidade democrática, mas que não consagra esse tipo de prática no sistema político brasileiro.

A nossa sugestão para esta Casa quanto às coligações veda as coligações para eleições proporcionais; distribui o tempo de propaganda eleitoral no rádio e TV da seguinte forma: dois décimos igualitariamente e oito décimos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, e a coligação disporá unicamente do tempo de rádio e televisão destinado ao partido com maior número de representantes na Câmara de Deputados.

Com isso, evitamos que partidos com programas até mesmo contraditórios transfiram votos entre si – para tanto bastando que estejam coligados. Ou seja, acaba a negociação política informada pelo tempo de televisão disponível para formarem alianças políticas, e evita que as coligações sejam formalizadas com o único

intuito de angariar tempo de propaganda eleitoral, em que pese a distorção do resultado eleitoral, frente a intenção do eleitor.

Essas propostas – todas elas passíveis de receber as mudanças que esta Casa, na sua soberania, entender necessárias – na verdade, visam proporcionar um desbloqueamento no avanço do processo democrático no Brasil, dando mais autenticidade aos partidos políticos, reduzindo drasticamente a força econômica do financiamento das campanhas e, portanto, o abuso do poder econômico nas campanhas e dando oportunidade para que o eleitor estabeleça uma relação mais racional com o seu candidato. Dessa forma, o eleitor outorgará um voto que não vai se perder num sistema político que já está alcançando algum grau problemático de ilegitimidade, um grau de perversidade com a democracia brasileira, o que esta Casa certamente saberá corrigir com a sua soberania, com a sua inteligência, o seu preparo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Agradecemos ao Ministro Tarso Genro a belíssima exposição.

Uma vez que o Deputado Pompeo de Mattos e eu somos socialistas, vamos socializar os trabalhos – S.Exa. assumirá agora a direção desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Agradeço ao Ministro Tarso Genro a participação e quero dizer a S.Exa., antes de passar a palavra ao ilustre Ministro José Múcio, que, no ano passado, quando debatíamos a Reforma Política, esta Casa parecia a Torre de Babel, cada um falava uma língua diferente, especialmente quando o assunto era a tal lista.

Todos tinham um jeito próprio de fazer essa lista. Eu brincava com o Deputado Adão Pretto, que, por sua vez, brincava comigo. Na verdade, a brincadeira era e é séria, e o Deputado Adão Pretto dizia: "Eu tenho os meus modelos de lista. O primeiro é a lista por ordem alfabética, o segundo modelo de lista é por quem tem mais mandato aqui na Câmara.."

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Aí, eu estaria liquidado. Meu nome começa por T, que fica já no fim do alfabeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – É o meu caso, com a inicial P. Essas formas só favorecem S.Exa.: seu nome começa por A, e já tem seis ou sete mandatos nesta Casa.

Por fim, sugeriu o Deputado que, se não houvesse outro jeito, todos os Deputados eleitos fossem os primeiros da fila para garantir a reeleição folgada.

Então, cada um tem uma proposta em relação a esse tema, que é palpitante, complexa e suscita todas essas controvérsias.

Quero agora cumprimentar o Ministro José Múcio Monteiro – que aqui também tem a incumbência de representar o Governo –, a quem concedo a palavra por quinze minutos.

O SR. MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Vou falar menos, porque sou coadjuvante e também porque o Ministro Tarso já disse tudo.

Cumprimento o meu companheiro Pompeo de Mattos; o companheiro Presidente desta Comissão, Adão Pretto; o Ministro Tarso Genro; o ex-Presidente da OAB, Marcelo Lavenère; a Sra. Eliana Magalhães; meu caro Paulo Henrique; o Sr. Carlos Moura; as Sras. e os Srs. Deputados desta Casa.

Serei bem simples, até porque, como já disse, sou coadjuvante no processo. Na realidade, o que queríamos acho que já conseguimos: que este assunto voltasse à pauta.

Sempre depois das eleições, ou durante as temporadas eleitorais, esse é um tema que nós, nos palanques, repetimos sempre: "Vou fazer a Reforma Política; vou fazer a Reforma Tributária; vou fazer as Reformas", mas ao chegar aqui encontramos as dificuldades, os obstáculos, e paramos com o assunto.

Se precisássemos fazer um substitutivo sobre a Reforma Política nesta Casa, tenho absoluta certeza de que esse seria o único tema que teria 513 substitutivos nesta Casa e 81 substitutivos no Senado, porque cada um tem a sua Reforma, cada um tem o seu modelo. Porque, cada um, baseado na sua experiência, na sua realidade local, nas questões partidárias que experimenta no seu Estado, tem um processo.

Se vocês entrarem em um site na Internet, que a Ali Kamel me passou, vão sentir um conforto, pois todos os lugares do mun-

do estão insatisfeitos com os seus processos eleitoral e político: quem tem voto distrital não o quer; quem tem voto misto acha ruim; quem é igual a nós acha péssimo. Todos os sistemas são infelizes, porque o processo de amadurecimento das experiências que alguns já vivem vai passando adiante.

Nós não somos um País, somos um continente absolutamente desigual nas vocações, nas oportunidades, nas questões sociais e econômicas. O modelo do Rio Grande do Sul talvez não seja o modelo de São Paulo, ou o modelo do Piauí ou o de Pernambuco. Na realidade, precisamos estabelecer um lugar comum, uma coisa que atenda a todos. Primeiramente, acho que precisamos aprimorar o que já temos, porque já fomos melhor e involuímos.

Quanto à questão da fidelidade partidária, alguns companheiros, na Legislatura passada, chegaram a mudar seis vezes de partido, à medida que se elegeu uma Mesa nova ou à medida que se escolheu uma Comissão. Com as conveniências da burocracia da nossa Casa e as oportunidades que iam aparecendo ia-se mudando de partido como se troca de roupa, sem o menor constrangimento. Por quê? Os partidos no Brasil perderam suas características ideológicas. Ainda há alguns que mantêm suas raízes fortes, em função de seus intérpretes e de seus componentes. Sempre dou o exemplo de um time de futebol: o Internacional de Porto Alegre. O melhor jogador do Internacional muda, vai embora, mas o meu Presidente, Ibsen Pinheiro, apesar de ficar contrariado, continua no Internacional, porque o Internacional tem hino, bandeira, camisa e estatuto. Nós, Parlamentares, jogamos em um time no qual o jogador, quando vai embora, leva a torcida, porque não temos bandeira, camisa, ideologia, não temos absolutamente nada. Nem satisfação prestamos aos nossos eleitores.

Com a decisão da Justiça, até por acomodação nossa, de que os mandatos sejam dos partidos, a princípio reclamamos. Achamos ruim, porque viemos de uma temporada em que a mudança não era comunicada nem aos nossos pares dos Estados: "Você mudou de partido?" "Mudei, mas não diga nada a ninguém, não". E ninguém dizia nada a ninguém. Só nas eleições, na hora em que aparecia o número, é que se descobria que o seu colega tinha deixado de ser seu companheiro. A Justiça, então, definiu que isso

não poderia mais acontecer e que a partir daquele momento o mandato seria do partido. A princípio, houve muita reclamação, mas nos acomodamos e chegamos à conclusão de que a Justiça estava correta, graças a Deus. Mais uma vez, foi justa.

Mas quando eu vou poder mudar de partido? Nunca mais? A lei, hoje, diz que qualquer cidadão que candidatar-se terá que, um ano antes da eleição, inscrever-se no partido. Ótimo! Nós, não, porque se temos mandato e foi decidido que os mandatos seriam dos partidos, qualquer um de nós – o Deputado Chico Alencar, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sabe –, se quisermos nos candidatar por outro partido, teremos que largar o mandato, passar um tempo fora da política, e só então nos candidatarmos na próxima eleição.

Há um projeto do Deputado Flávio Dino que abre uma janela. E todos perguntam: "Que janela é essa?" Será que os partidos ficariam satisfeitos? Será que nossos suplentes e dirigentes não reclamariam o mandato se saíssemos, por exemplo, três anos e cinco meses após a posse, como, acho, propõe esse projeto, que sairiam em abril ou maio?

Pois bem, há um projeto do Deputado Luciano Castro que propõe sair um mês antes das convenções.

Mas, por que estou dizendo isso? Vou tomar um gancho da palavra do Ministro. O que quisemos foi colocar o assunto à discussão. Absolutamente nada excludente. Só uma coisa temos falado muito. Os mais antigos aqui – infelizmente, já estou nesta lista – experimentaram várias tentativas de reforma em que sempre trouxemos para o Plenário um pacote completo. Sempre se disse aqui o seguinte: "Só voto esta matéria que o seu partido quer, se você votar esta matéria que o meu partido quer. Se você não votar a matéria que interessa ao meu partido, eu não voto a matéria que interessa ao seu partido." E nós inviabilizamos absolutamente todas as reformas sem que exauríssemos os temas.

Acho que chegamos no nosso limite. Esse é um problema que verdadeiramente precisamos enfrentar. Por quê? Nós não temos mais bandeiras partidárias. O Governo tem uma base de apoio, mas as questões são tratadas, me perdoem a expressão, de forma "fulanizada". As questões são isoladas. Dentro do mesmo parti-

do as coisas são tratadas de forma diferente. Os Parlamentares começaram a se juntar por temas, por assuntos, como deveria ser no partido. Por que a bancada ruralista é tão forte? Porque o tema da base rural junta os Deputados; por que o partido da saúde é tão forte? Porque a saúde junta os Deputados, porque nossas bandeiras não foram mais desfraldadas.

Então, o que eu sugeriria? Só pelo fato de estarmos aqui, o Governo já conseguiu o que queria: que o assunto voltasse à pauta; que estudássemos cada tema, isoladamente, e, se pudesse, distantes um do outro.

Um dia desses eu estava conversando com um dos candidatos à Presidência da nossa Casa, e dizia: "Se você chegar à Presidência, ponha um tema por mês. Quando terminar aquele assunto, ponha outro assunto". A reforma tem que ser encarada como um conjunto de providências e não como um pacote isolado. Uns são contra a lista, mas nem por isso temos que deixar de discutir a janela; uns são contra o financiamento público – acho que não é para agora, mas para quando diminuirmos o número de partidos. E qual o número de partidos? Hoje são 37 no Brasil. Dentre esses, quantos têm representatividade na Casa? Há partidos no Brasil que não têm Deputado, Senador, Governador, Vereador, Prefeito, absolutamente, mas tem tempo em televisão, tem fundo partidário. Aquele outro foi muito complicado: 12% em cada Estado; 5% no Brasil inteiro. Os Deputados que se elegessem ficariam com seus mandatos comprometidos. Uma idéia para discussão! Estabeleça-se um número: 12%; 1%. Aquele partido que não tiver 1% do Plenário – 1% do Plenário significa o quê? Cinco Deputados –, perde o direito de televisão e o financiamento público. E aqueles que se elegeram naquele mandato? Esses ficariam com o direito, após a homologação do mandato, de se inscrever em outro partido. Não teriam seus mandatos prejudicados, nem os eleitores teriam sua opção comprometida.

Tudo isso é para dizer aos meus amigos desta Casa querida que o fundamental é que se volte a discutir todos os assuntos de forma isolada. A sociedade reclama, nós falamos, os companheiros da imprensa dizem: "Vocês vão voltar a falar nisso de novo e não vão resolver outra vez."

Temos alguns temas de correção do sistema vigente: a inelegibilidade, a questão da Justiça, os advogados. Hoje, terminada a eleição, há uma eleição nova nos tribunais de Brasília: advogado de um lado, advogado do outro. As questões são pouco afinadas, decididas, dão margem a várias interpretações. Com liminar se disputa a eleição. A questão pretérita fica para ser discutida depois que o Prefeito foi eleito, que dá um questionamento que não é agradável.

Então, minha palavra final: sou coadjuvante nisso, sou apaixonado pelo tema. É uma coisa antiga na Casa. Acho que o conteúdo pode ser discutido.

Deputada Erundina, se nós discutirmos a forma, vamos discutir cada tema: esse assunto não nos junta, então se discute depois; esse assunto nos junta, então vamos discutir agora – as questões da fidelidade, de se juntar na eleição proporcional ou não, a questão de se limitar o número de partidos através de representantes em plenário. Isso não seria para prejudicar ninguém, mas para tirar do processo quem a sociedade não colocou no processo. Se não tem representante, por que vai poder falar, por que vai poder negociar seu tempo na televisão? Por que vai promover coligação, se não tem quem os represente?

Então, eu queria parabenizar, para terminar. Acho que nós não devemos cansar de discutir isso. É um tema que a sociedade toda discute. Temos propostas da CNBB, temos proposta da OAB; todos têm proposta para a Reforma Política. Vamos nos lembrar que ninguém está feliz com o seu processo, mas que a sociedade brasileira reclama que, pelo menos, nós aprimoremos esse processo em que vivemos.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Muito obrigado, Ministro José Múcio. Passo a palavra ao Presidente Adão Pretto para chamar o nosso convidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Então, rapidamente, passo a palavra ao companheiro Marcelo Machado, que dispõe de quinze minutos.

O SR. MARCELO LAVENÈRE – Ilustre Presidente desta audiência pública, Deputado Adão Pretto, quero apenas lembrar

que eu sou mais conhecido como Marcelo Lavenère. Não tenho nada contra o Machado, não, mas, de qualquer forma, só para que me identifiquem melhor, eu sou mais conhecido como Marcelo Lavenère

Eminente Deputado Pompeo de Mattos, Srs. Ministros aqui presentes, Ministro Tarso Genro, da minha área profissional e em cuja pessoa cumprimento os demais integrantes da Mesa; meus colegas da sociedade civil, da Associação dos Magistrados Brasileiros, do INESC, da CNBB, ilustres Deputadas, Deputados, jornalistas, Deputada Luiza Erundina que tem sido a nossa porta-estandarte da Frente Parlamentar Pela Reforma Política com apoio popular.

Senhores participantes, estou aqui representando o Conselho Federal da OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil, que tem estado presente em todos os episódios que dizem respeito aos interesses nacionais. Estou aqui, portanto, muito confortado por representar a Ordem e para participar desta reunião.

Formulei três perguntas para essa intervenção da OAB que, conjuntamente com seus colegas da sociedade civil, pretende que estejamos aqui falando ao Congresso Nacional e ao Governo do País em nome do povo brasileiro, em nome da sociedade civil brasileira e em nome daquele que detém, pela Constituição Federal, a soberania popular. A soberania popular, pela Constituição brasileira, é do povo brasileiro, e, de alguma forma, a sociedade civil representa a sociedade brasileira.

E o que o povo pergunta nesse momento, senhores? Quem quer a Reforma Política? Essa é a primeira pergunta. Alguém quer a Reforma Política? Quem deveria querer essa Reforma Política? Que segmentos seriam importantes que perseguissem a idéia de uma Reforma Política?

Eu separei três segmentos da nossa vivência política para responder a essa pergunta.

Primeiro segmento: o Congresso Nacional, os Parlamentares, os políticos. A classe política, os Parlamentares, o Parlamento querem a Reforma Política? A minha resposta é: não querem Reforma Política. E que elementos tenho eu para dizer isso aqui nesta Casa, ofendendo a quantos Deputados estão aqui presentes? No

seu conjunto, a categoria política não está interessada na Reforma Política, e isso nós vimos claramente no ano passado quando, num enterro de quinta categoria, foi sepultada uma tentativa de Reforma Política e colocada no esquecimento.

A brincadeira jocosa – toda brincadeira é jocosa – que o Deputado Pompeo de Mattos fez com o Deputado Adrão Pretto, de que cada um teria o seu projeto de lista fechada; aquilo que disse o Ministro Múcio Monteiro, com a sua experiência no Congresso Nacional, de que cada um dos 513 Deputados tem um projeto, ora, se cada um tem o seu projeto, os Deputados não querem a Reforma Política; os Senadores não querem a Reforma Política. Os Senadores e Deputados querem a sua Reforma Política. Como não é possível fazermos a Reforma Política de cada um, a sociedade civil, o povo brasileiro fica, como ficou até hoje, sem Reforma Política.

De modo que, à pergunta: quem quer a Reforma Política?, eu responderia que a classe política não a quer. Ministro Tarso Genro, Ministro Múcio Monteiro, eminentes Deputados das Comissões de Direitos Humanos e de Legislação Participativa, diria que, para obtermos essas coisas de que falou o Ministro Tarso Genro, é preciso que os Deputados e Senadores queiram. Não estou dizendo nenhum absurdo, não.

Quando se propôs a reforma do Poder Judiciário – a Associação dos Magistrados do Brasil sabe, muitos de V.Exas. sabem e outros não – os juizes, os magistrados, os membros do Ministério Público, o Poder Judiciário, enfim, não queria a reforma do Judiciário. Ninguém suportava a idéia de uma reforma do Judiciário! Queriam a reforma do Judiciário para ficar tudo como era antes! Quando se falou no Conselho Nacional de Justiça, foi o mesmo que falar na ascendência dos magistrados, crime de lesa-majestade. Então, foi preciso muito trabalho – assim como o foi necessário muito trabalho para fazermos a Constituição, que agora completa vinte anos – para que finalmente passasse.

Portanto, em primeiro lugar, Deputado Adão Pretto, Deputado Pompeo de Mattos, Deputada Luiza Erundina e todos os queridos Deputados presentes, V.Exas. estando aqui fazem com que eu diga que somente a maioria não quer. A minoria, alguns

Deputados e alguns Senadores, quer, mas não basta. A Reforma Política não virá se somente estes Parlamentares que estão aqui a quiserem.

Segundo ponto: qual é o outro segmento que precisa querer a Reforma Política? O Governo, o Poder Executivo. Até este momento, qual foi a atitude do Governo com relação à Reforma Política? Absenteísmo, falta de interesse pela Reforma Política, nenhum interesse pela Reforma Política! Com esse projeto que agora os Ministros Tarso Genro e Múcio Monteiro encaminham ao Congresso Nacional, com essas sugestões e aqueles projetos que serão elaborados, segundo foi-nos dito, ainda este mês, o Governo começa a demonstrar que quer, de fato, fazer a Reforma Política.

A sociedade civil, Ministro Tarso Genro e Ministro Múcio Monteiro, faz votos de que essa vontade que V.Exas. trouxeram hoje para este fórum se perpetue, consolide-se, fique cada vez mais firme e que o Governo ponha todas as suas fichas nessa Reforma Política. Que não só os dois Ministros aqui presentes queiram, mas que os outros Ministros também queiram, que o Presidente da República também queira e que, portanto, a máquina do Governo possa incorporar-se de maneira forte, sólida, para que essa reforma seja efetivada.

Outra coisa foi o que aconteceu com a reforma do Poder Judiciário. Quando o Governo finalmente resolveu fazer a reforma do Poder Judiciário, fez. Possivelmente, não era a reforma que o Governo queria, com toda certeza não era a reforma que o Poder Judiciário queria, nem que a sociedade civil pretendia, mas foi a reforma que foi possível efetuar do Poder Judiciário, como essa nossa belíssima Constituição Cidadã, de 1988, foi a que foi possível obter naquela época com as convergências de forças, de proprietários, de trabalhadores, do Governo, de conservadores, de progressistas, para que a elaborássemos.

De modo que saúdo, sim, o Governo pelas manifestações dos Ministros aqui presentes de abrir esse debate político. Há pouco tempo, disse o Ministro Tarso Genro: "Acho que estamos colocando na pauta, ou que está colocado na pauta esse tema".

Ministro Tarso Genro, acho que estamos começando a colocar na pauta esse tema. Ministro Múcio Monteiro, é preciso que ele

não saia da pauta, é preciso que outros interesses não afastem a Reforma Política da pauta do Governo e do Congresso Nacional, porque, com certeza, o Governo, cuja base parlamentar não foi mobilizada antes quando se discutiram outras modalidades de Reforma Política, tem de mobilizá-la e conseguir o grande trunfo heróico de dar unidade a essa base para temas tão complicados e tão difíceis.

Terceiro ponto: sociedade civil. Sem sociedade civil, não faríamos a Constituição de 1988; sem o povo, não se faz Constituição. V.Exas. conhecem o refrão: "Constituição sem povo é fazer omelete sem ovo". Não sei se a expressão é muito elegante para este momento.

Mas, se o Governo quiser, se os poucos e heróicos Deputados e Deputadas que aqui estão conseguirem motivar seus colegas, se os partidos políticos conseguirem motivar seus integrantes, resta que a sociedade civil também o queira. E devo também fazer um mea culpa neste momento. Nós, da sociedade civil, não estamos suficientemente motivados a fazer o trabalho de âmbito nacional em prol da Reforma Política. Nós, da sociedade civil – leia-se OAB, CNBB, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), centrais sindicais, estudantes, empresários, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), diversas confissões religiosas com suas representações – não estamos suficientemente motivados para essa Reforma Política. De modo que a crítica também vai para os colegas da minha corporação e dos demais segmentos do tecido da sociedade civil.

Devemos nos mobilizar, aproveitar essa oportunidade que o Governo nos dá. Até penso, Ministro Tarso Genro, se é possível fazer uma parceria com o Governo nessa mobilização, como foi possível fazer as parcerias sociedade civil e Governo, OAB e Governo, já que o tema era muito específico de advogados na reforma do Judiciário. Agora, é mais amplo, podemos trazer um leque mais aberto da sociedade civil para participar com o Governo e fazer todo um trabalho de motivação do Parlamento, para que, querendo a sociedade civil, o Governo e a classe política, começar a haver uma luz no sentido de que poderemos superar todas as dificuldades que sabemos vamos encontrar para votar essa Reforma

Política. Mais importante que saber qual será a Reforma Política, se serão dois meses e meio ou dois anos e meio para estabelecer a fidelidade partidária, mais importante do que tudo isso é que todos queiramos essa reforma, seja ela qual for, assim como queríamos uma Constituição nova em 1988, fosse qual fosse a Constituição. Claro, quanto mais democrática, melhor.

De modo que, depois da segunda pergunta "quem quer fazer?", pergunto-me: qual é a Reforma Política que nós, Governo, nós Parlamentares, nós sociedade civil queremos, que o Brasil todo quer? É uma Reforma Política insignificante? É uma Reforma Política para fazer-de-conta que foi feita? Não. Ninguém vai responder que é assim. Queremos uma Reforma Política séria, profunda, democrática. Que afaste mais o povo do Parlamento? Claro que não! Que aumente a corrupção eleitoral? Não! Que torne os partidos políticos mais fracos? Não!

Então, penso que, a princípio, sim, queremos que sejam mantidos. Queremos uma Reforma Política que esqueça o art. 14 da Constituição Federal, que fala que a soberania popular é exercida pelo referendo, pelo plebiscito, pela revogação de mandatos? Não! Então, queremos, sim, Ministro Múcio Monteiro, uma Reforma Política que tenha essa grandeza do nosso País, a grandeza de fazer uma profunda reforma, como uma cirurgia cardíaca, não uma cirurgia simplesmente estética, sem nenhum desdouro para aqueles que a defendem. Com essa Reforma Política estamos fazendo uma reforma cardíaca no nosso País, no coração do País, na escolha dos seus governantes, com seriedade, com a ausência da banalização do voto! Finalmente, uma cirurgia da maior responsabilidade.

Portanto, antes mesmo da discussão do varejo, temos de afirmar: queremos, sim! Como dissemos com relação à Constituição de 1988, que queríamos uma Constituição livre, soberana, não foi possível, mas democrática, popular.

A Reforma Política que o Governo quer se aproxima muito. O Conselho Federal da Ordem aprovou os termos gerais da proposta enviada pelo Governo, o que é um dado muito importante, pois que somos habitualmente muito críticos. Portanto, aproxima-se muito daquilo que a sociedade civil pretende

se discuta e se regulamente de maneira correta numa Reforma Política: fidelidade partidária, financiamento público de campanha, mecanismo de ausência de corrupção, valorização dos partidos políticos, o que significa possivelmente, Ministro Tarso Genro, diminuição da quantidade de partidos. Não queremos partido de aluguel, partido somente "monopersonalista", em que alguém é o dono e empresta, vende ou aluga a legenda. Não somos contra pequenos partidos, mas somos contra partidos insignificantes, partidos que ao invés de engrandecer diminuem a grandeza do processo eleitoral e político.

Penso que a questão de qual será a reforma deve ser definida nos seus princípios. Queremos uma reforma dessa maneira, dentro dos princípios de uma reforma democrática, séria, contra a corrupção, valorizando os partidos políticos e dando estabilidade e credibilidade à classe política. Dentro disso, vamos discutir qual é a lista fechada, qual é a fidelidade partidária e finalmente os pontos em concreto, e sabemos que haverá alguém que abra mão dos seus princípios e das suas convicções pessoais em prol de uma solução maior.

A terceira pergunta, para encerrar, nesta audiência pública, da qual participo com o maior regozijo, Ministro Tarso Genro: acho que aqui, sim, estamos acendendo o estopim dessa campanha, mas é preciso que o estopim contamine o resto do que há aqui; contamine a sociedade civil, que ainda está para vibrar; contamine de maneira definitiva o Governo, para que não haja retrocesso; contamine, Deputada Erundina e outros queridos Deputados presentes, a classe política e que esta entenda, como, até que enfim, um dia, o Poder Judiciário entendeu, depois de muita dificuldade, que ninguém era contra ele quando pedia sua reforma, quando se pretendia um Conselho Nacional Justiça. E ninguém é contra Deputado e Senador, porque a sociedade civil é a primeira que defende a abertura das instituições democráticas, a primeira que põe o pescoço na guilhotina, quando a ditadura, os arroubos da autoridade vêem e o fecham, dizendo que ele só faz despesa, só tem gastos e para nada serve.

Por pior que seja o Congresso – e não o é, essa é avaliação que fazemos –,ele é absolutamente necessário. E o que nós queremos

com a Reforma Política? Que cada Deputado e cada Senador tenha o orgulho de chegar ao seu Estado, à mídia e dizer: eu sou Deputado sim, pelo partido tal, defendo tais idéias e não tenho vergonha, não me escondo com vergonha de ser Deputado. Quero que a mídia me trate com a responsabilidade, o prestígio, a dignidade que eu tenho de representar o povo brasileiro.

Queremos, Srs. Deputados, que não seja espasmódica a participação do povo na formação da vontade política. Não queremos votação de quatro em quatro anos, não; queremos referendum para as leis que V.Exas. votarem; queremos plebiscito para discutir cada matéria de importância para o País, como por exemplo, criação de Estado, acordos e convênios internacionais, pena de morte, aborto, células embrionárias. Queremos que essas matérias todas sejam votadas, sim, pelos nossos representantes, mas com a possibilidade da participação popular.

Finalmente: como fazer a Reforma Política? Essa, que nós imaginamos que de agora por diante o Governo está querendo, com a qual a classe política está-se contagiando, nós da sociedade civil estamos nos responsabilizando por mobilizar os nossos segmentos, finalmente, uma Reforma Política com esses objetivos.

Esperamos, Ministro Tarso Genro, Ministro José Múcio Monteiro, que o Governo empenhe seus recursos, sua máquina; que o Congresso Nacional, o Senado da República empenhe seu prestígio; que as Câmaras Legislativas e de Vereadores, as entidades distribuídas por todo o País se mobilizem numa grande campanha, como se fosse uma campanha pela Constituinte, como se fosse uma campanha para defender a nossa Amazônia, como se fosse uma campanha em defesa dos direitos humanos, uma grande campanha, com participação popular.

Pode ser até que o Governo se sinta muito forte e diga: o Governo fará essa reforma porque adquiriu maioria no Congresso Nacional e votará. Não vai consegui-lo. Não valerá a pena. A lei a que nós nos prendemos é a de cuja elaboração nós participamos. Pode ser a melhor lei do mundo; se não houver a participação do jurisdicionado, ela não pega.

De modo que essa Reforma Política, dessa maneira, pode ser viabilizada, sim, com a participação desses três segmentos, e a

maneira de fazê-la é estimulando a participação popular. Queremos que os Ministérios da Justiça e das Relações Institucionais; que a Câmara e o Senado vão para a Amazônia, o Nordeste, o Centro-Oeste, o Sul para discutir com as nossas lideranças, com o povo brasileiro essa reforma. Aí, sim, com o consenso da nossa sociedade civil, poderemos amealhar não as derrotas que já amealhamos. O jogo está contra nós, mas nós vamos virá-lo e ganharemos essa batalha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Muito obrigado, Dr. Marcelo Levenère, agradecemos sua colaboração. A OAB sempre está presente e ativa nessas questões. Aliás, a história conta a sua participação, e eu como advogado me orgulho por pertencer à classe.

O Ministro José Múcio Monteiro quer fazer uma manifestação rápida. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Rapidamente, porque tenho um medo danado de discordar do Dr. Marcelo, porque eu tenho um medo danado de sua inteligência.

Permita-me discordar do senhor quando diz o seguinte: o que a Casa quer – evidentemente que na sua forma de se manifestar. Há um poeta, Paulo Vanzolini, que diz que o que dá para sorrir dá para chorar; é questão de peso ou de medida. Eu acho que o peso e as medidas das propostas apresentadas é que deram para chorar.

Na hora em que discutimos os temas de forma absolutamente isolada, permitindo que a discussão seja exaurida, não sendo proibido opinar, saindo do campo da negociação da Reforma Política a negociação de temas que não têm absolutamente nada a ver com isso, erramos muitas vezes, Sr. Presidente, na apresentação.

Houve o relatório do Deputado Ronaldo Caiado, que era um bom; depois, houve o Alexandre Cardoso, que trabalhou bastante nisso; o Presidente Ibsen Pinheiro empenhou-se e muitos Parlamentares importantes da Casa empenharam-se. Na hora em que se colocava o tema em Plenário, eu fui testemunha disso, começava-se o debate, a negociação. Os partidos pequenos tinham muito medo, e ainda têm, de que essa reforma venha para esmagá-los.

Esse é um medo que há nos partidos pequenos, de que essa reforma promoverá o desaparecimento deles.

Se dermos essas garantias, assegurando a representatividade, por menor que seja, dermos espaço a que as coisas sejam discutidas, eu quero dizer ao senhor que a Casa quer mesmo.

Eu disse que havia 513 substitutivos para mostrar que 513 Deputados queriam opinar sobre isso – se lembrava da aldeia para dizer: essa reforma me tira daqui ou me deixa aqui? Não é nem o Líder que fala. Todas as vezes, fiz parte das outras Comissões, e o Deputado não queria que o Líder falasse por ele. Ele queria dizer o que era bom para ele mesmo.

Por isso o referencial dessa reforma, independentemente das outras – na reforma tributária, falem os tributaristas; na reforma trabalhista, falem os entendidos em Direito Trabalhista. Agora, na Reforma Política, o novato, o que chegou a esse mandato, os mais antigos querem opinar.

O Governo tem absoluto interesse em ser coadjuvante do Legislativo, tem o entendimento de que quem tem de fazer a reforma é o Legislativo. Por isso o Ministro Tarso Genro e eu viemos, juntos, para apresentar nossas proposições independentes, aos Presidentes das duas Casas, numa demonstração de que queremos, precisamos, a sociedade reclama.

Já houve manifestação nesta semana. A Assembléia do Rio Grande do Sul toda, Deputados e Vereadores vieram ao Presidente dizendo que desejam, assim outras Assembléias Legislativas já se manifestaram dizendo que desejam vir.

Nós só precisamos ter cuidado com o carregar do andor, para não derrubar o santo. Se apresentarmos devagarzinho, cada um na sua vez, por parte, eu tenho absoluta certeza de que ganharemos esse jogo. E fiquem certos de que nós estamos jogando no seu time: queremos fazer essa reforma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Muito obrigado. Essa é uma discordância que concorda, não é?

Aliás, esta Casa, vendo o que aconteceu no ano passado, Deputado Ibsen Pinheiro, deve dar para si mesma um prazo para fazer a Reforma Política. Entendo e falava com o Ministro Tarso Genro que o prazo é o primeiro semestre do ano que vem. E se não fizer no

primeiro semestre do ano que vem, não fará mais, foi-se a Legislatura. Dizem que damos tempo ao tempo, para que com o tempo tenha tempo, desde que não perca tempo e chega o tempo no tempo certo; passa o tempo.

Passo a palavra à Sra. Eliana Magalhães Graça, que representa o INESC. Está com a palavra. Quinze minutos, por favor.

A SRA. ELIANA MAGALHÃES GRAÇA – Muito obrigada, Deputado.

Aos que perguntaram o que é INESC, respondo que é o Instituto de Estudos Socioeconômicos, uma organização não-governamental que existe há trinta anos, com sede em Brasília, que luta pelos direitos humanos, pelas liberdades, pela democracia e realiza um trabalho junto ao Congresso Nacional durante todo esse período.

Cumprimento o Presidente da CLP, Deputado Adão Pretto, o Presidente da CDHM, Deputado Pompeo de Mattos, os Srs. Ministros Tarso Genro e José Múcio, os companheiros da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, os representantes da CNBB, da OAB e da AMB, as Sras. e os Srs. Parlamentares, de modo especial as Deputadas Luiza Erundina, que muito tem nos ajudado e orientado nessa batalha, e Iriny Lopes, ambas autoras do requerimento para realização desta audiência, assim como as companheiras e os companheiros da sociedade que estão aí representando várias organizações, que têm estado conosco na discussão sobre a questão da Reforma Política.

Para nós, do INESC, é muito bom estar aqui, é motivo de orgulho o convite para fazer parte desta Mesa e fazer parte da Coordenação da Frente sobre a Reforma Política.

A Frente não tem uma posição fechada com relação à proposta que está sendo discutida. As instituições, como já mencionado, OAB, INESC, provavelmente AMB e CNBB, enfim, têm sua posição com relação à proposta que o Governo vem apresentar nesta audiência.

Para nós, seria importante, e sempre foi a nossa posição, que o Governo se manifestasse e não fosse mais omisso na questão da Reforma Política. Era muito importante saber e ter a posição que a questão da Reforma Política não diz respeito somente ao

Legislativo, mas aos três Poderes e os envolve de maneira absoluta. Portanto, não tem sentido trazer e fechar essa discussão somente no Poder Legislativo. A discussão tem de ser aberta. Na medida do possível, e a necessidade tem mostrado isso, ela tem de ser levada para a sociedade. Cada vez mais a sociedade precisa entender, porque ela não sabe o que está sendo discutido. Fala-se em financiamento público de campanha e a população arrepia. A visão que se tem da classe política hoje não é boa. Isso precisa ser esclarecido. Que proposta é essa? Afinal, o que significa financiamento público de campanha?

É fundamental que essa discussão chegue lá. Acho que é preciso segregar. Aliás, os Poderes têm tomado sua posição com relação a uma reforma que não é feita, há alguém dizendo que o Judiciário tem legislado ultimamente pela falta de legislação. É importante que se criem mecanismos, mas mecanismos concretos, para que essa discussão chegue lá.

Na discussão que estamos tendo até agora, como o Ministro Múcio apresenta, de que esta Casa quer fazer a reforma, prefiro concordar com o companheiro Marcelo Lavenére. Esta Casa não quer fazer reforma; ou há várias reformas e não quer fazer nenhuma, porque alguma lhe vai ser prejudicial, que não seja a sua.

Levar essa discussão para a sociedade, para a população é a única forma que temos de criar a densidade política de opiniões que podem ajudar, inclusive, ao próprio Parlamentar a ter uma posição, uma decisão. Quer dizer, a sociedade está querendo fazer uma reforma, com tais pontos. Os cidadãos poderão pressionar, discutir, dizer qual é a melhor reforma que deve ser feita.

Acredito nisso, devemos levar essa discussão para fora daqui, mas não com promessas. Temos instrumentos – o Governo tem, o Legislativo tem, o Judiciário tem – de levar, por meio de mecanismos concretos, a discussão para a sociedade discutir.

Acho que o Ministério da Justiça começa a fazer isso, na medida em que apresentou sua proposta no site, para consulta pública. Isso é fundamental. Não sei se os senhores sabem, mas essa proposta está no site do Ministério da Justiça. Acho importante que todos se manifestem, para que coloquemos lá a nossa opinião.

Há mais de três anos o INESC vem participando de um movimento da sociedade civil que engloba 27 redes e fóruns, que se chama a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político Brasileiro. É uma proposta que opta pela concepção ampliada da Reforma Política, e não essa concepção reduzida de Reforma Política que temos discutido – e que estamos discutindo hoje –, que é uma concepção de reforma eleitoral, no máximo, partidária. Optamos por uma concepção mais ampliada, em que propomos uma discussão da forma e do exercício do poder no País, tanto no interior do Estado quanto dentro da própria sociedade civil e dos partidos políticos.

Essa plataforma está composta por cinco eixos: um é o fortalecimento da democracia direta; outro, o fortalecimento da democracia participativa; o terceiro é o aprimoramento da democracia representativa – e, neste ponto, estão incluídas as propostas que estamos discutindo hoje –; há a democratização da informação e da comunicação, que para nós é fundamental como Reforma Política; e há a democratização e transparência do Poder Judiciário, que incluímos como um dos itens que gostaríamos que sofresse mudanças.

Rapidamente, porque meu tempo já deve estar acabando, afirmo que a proposta que estamos discutindo hoje está incluída exatamente no terceiro eixo, o aprimoramento da democracia representativa. Estão previstas 28 propostas bem objetivas de mudança do sistema eleitoral e partidário que existe hoje. Trata, ainda, de questões sobre a vida pública, os mandatos e a Justiça Eleitoral.

Com relação aos pontos levantados pelos Ministros, somos favoráveis ao financiamento público exclusivo de campanha, associado. Quanto a isso, há um problema com a proposta do Ministro José Múcio, que diz que temos que votar aos pedacinhos: vota-se um pouco agora e, passado um tempo, vota-se outro, etc. Acho isso complicado, vota-se o financiamento público de campanha sem haver uma lista.

O SR. MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Não, neste caso os dois temas estão colados.

A SRA. ELIANA MAGALHÃES GRAÇA – V.Exa. não fez essa ressalva. É preciso tomar cuidado.

Há outros temas que também estão relacionados. Se não tomarmos cuidado, poderemos ter um efeito contrário ao que se propõe, se aprovarmos um e não aprovarmos o outro.

Outra questão relaciona-se à lista fechada. Somos favoráveis a que essa lista seja preordenada, com alternância de sexo, observada a paridade. Deve ser um homem e uma mulher. O homem não vale mais do que a mulher, nem a mulher vale mais do que o homem, valemos igual. Essa proposta de alternância e de paridade consta inclusive de propostas assumidas pelo próprio Governo. O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres prevê a paridade, nele está incluída.

Por isso, estranhamos um pouco quando chegou aqui uma proposta, gestada dentro do próprio Governo, que traz uma proposta de ordenamento por sexo, de três para um, e a previsão de que somente incida na primeira metade da lista, o que reduz bastante a participação das mulheres: 50% na lista. Essa é uma questão sobre a qual temos as nossas críticas.

Com relação à fidelidade partidária, é lógico que manifestamos concordância à fidelidade, desde que seja entendida como fidelidade ao programa partidário e não fidelidade ao líder ou ao cacique do partido. Isso é algo que temos que pensar bastante.

Outro problema que temos com relação a essa proposta é a questão do fim da cláusula de barreira. Temos que descobrir outros mecanismos – e eles existem – que impeçam a corrupção eleitoral, pois não deixam de ser corrupção as legendas de aluguel. Temos que descobrir formas de punir essa prática e desenvolver instrumentos para isso, mas não punir a existência e a liberdade de organização político-partidária. É muito complicado, numa sociedade que caminha cada vez mais para radicalizar a democracia, haver o impedimento da liberdade de organização. Contudo, aquilo que é nocivo, que se configura realmente como corrupção, tem que ser inibido de outra maneira e não via cláusula de barreira ou cláusula de desempenho. A plataforma e esse conjunto de organizações pensam que essa não é a melhor forma.

Propugnamos também pelo fim das coligações e propomos as federações partidárias. Trata-se de uma proposta para ser

discutida, que não vinga somente no período eleitoral, mas tem vigência maior.

Para não me alongar mais – e parece que há outros assuntos mais interessantes, pois há uma conversa bastante alta, está difícil de falar –, informo a quem se interessar em conhecer a plataforma que ela se encontra no endereço "www.reformapolitica.org.br", em que se encontra a nossa proposta completa.

Hoje, o grande objetivo das organizações, das redes e fóruns que compõem essa plataforma é levar a discussão à sociedade. Já fizemos debates aqui e, sempre que convidados, participaremos. Participamos da Frente Parlamentar, porque achamos este um *locus* fundamental para a discussão da Reforma Política. Como dissemos no início, entendemos que, sem a participação da sociedade, talvez não façamos a reforma cirúrgica e cardíaca que Marcelo Lavenère apresenta.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Agradecemos à companheira Eliana Magalhães Graça a sua belíssima explanação.

Concedo imediatamente a palavra ao Sr. Carlos Moura, que dispõe de quinze minutos.

O SR. CARLOS MOURA – Obrigado.

Srs. Deputados Adão Pretto e Pompeo de Mattos, que presidem esta reunião; Srs. Ministros Tarso Fernando Herz Genro e José Múcio Monteiro Filho; Sr. Marcelo Lavenère, representante da OAB Nacional; Sra. Eliana Magalhães Graça, do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC; Sr. Paulo Henrique Machado, da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Sra. Deputada Luiza Erundina, incansável no desempenho da tarefa de tentar fazer que o Governo, o Legislativo, o Judiciário e a sociedade possam efetivamente assumir o trabalho da Reforma Política; Sra. Deputada Iriny Lopes, também autora do requerimento para esta assentada, meus cumprimentos.

Começo, Ministro José Múcio, roubando uma assertiva de V.Exa., quando disse conseguimos o que queríamos. Eu diria que conseguimos o que queríamos, como sociedade civil: esta reunião. Portanto, Ministro, estamos quites, porque, há tempos, reunimo-nos nesta Casa do Parlamento para, com a Deputada

Luiza Erundina, a OAB, o INESC, a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), outros Deputados, a sociedade civil de um modo geral, tratarmos da Reforma Política. É chegada a hora de esse assunto começar a ser deslindado, a ser discutido, não só no Parlamento mas também lá fora, conforme proposta de Marcelo Lavenère.

Pergunto se uma das questões mais fundamentais da Reforma Política não seria a regulamentação do art. 14 da Constituição Federal, que trata do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.

Nós, Comissão Brasileira Justiça e Paz, nesta audiência, com representação da CNBB e outras entidades da sociedade civil, como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, podemos trazer o testemunho de que, quando o art. 14 é acionado pela sociedade civil, pode tornar-se lei, porque conseguimos 1 milhão e 300 mil assinaturas, em 1998 e 1999, das quais resultou a Lei nº 9.840, que pune aqueles que compram votos. Portanto, a regulamentação do art. 14 torna-se fundamental, como um dos pontos principais para a afirmação da soberania popular.

Não é nenhum inconveniente – e é também instrumento da democracia – incorporar à proposta aqui trazida que na lista haja alternância de sexo. Eu até proporia isto: por que não também uma alternância étnica? Quantos negros há neste Parlamento? Quantos indígenas há neste Parlamento? Portanto, é preciso pensarmos também nessa alternância, considerando que somos um país pluriétnico e multicultural.

Os oradores que me antecederam tocaram pontos fundamentais para a Reforma Política: a fidelidade partidária, as coligações, a inelegibilidade. Permita-me, Ministro Tarso Genro, que traga ao conhecimento de V.Exa. e dos demais presentes uma proposta de iniciativa popular, encaminhada pela CNBB, pela Comissão Brasileira Justiça e Paz, pela OAB nacional, pelo INESC, pela ABONG e por outras instituições da sociedade civil, tais como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que prevê a inelegibilidade daqueles ou daquelas que tenham sido condenados em primeira instância. É uma medida preventiva, porque se alguém já resultou condenado em primeira

instância por crimes já propostos e definidos nesta nossa proposta – crimes contra a economia popular, de abuso contra criança e adolescente, contra o idoso, crimes dolosos contra a vida, crimes gravíssimos – será inelegível. Esta iniciativa popular propõe tornar inelegível também aquele que, para não ser apenado por seus pares com a perda de mandato, renuncia ao mandato. E, de modo geral, essa proposta nossa também amplia o prazo de inelegibilidade para oito anos.

Essas são propostas que, no nosso entendimento, também precisam ser debatidas – e estão sendo debatidas – não só nesta Assembléia mas também nos quarenta Comitês da Lei nº 9.840 existentes em todo o País, coordenados e articulados pela Comissão Brasileira Justiça e Paz, organismo da CNBB.

Penso, Srs. Ministros e Srs. Deputados, que assentadas como esta devem ser levadas aos sindicatos, às associações de profissionais, aos clubes de entretenimento, às entidades de jovens, às entidades de idosos, enfim, à sociedade de modo geral, para que possamos juntos tecer essa rede democrática, no sentido do aprimoramento das nossas instituições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Agradecemos ao Sr. Carlos Moura a manifestação.

Imediatamente passamos a palavra, por quinze minutos, ao Dr. Paulo Henrique Machado, Secretário-Geral da Associação de Magistrados do Brasil.

O SR. PAULO HENRIQUE MACHADO – Boa tarde a todos.

Saúdo a Mesa, na pessoa dos Deputados Adão Pretto e Pompeo de Mattos.

Saúdo os Ministros Tarso Genro e José Múcio, de cujas primeiras campanhas tive a honra de participar, antes mesmo de me tornar eleitor, há muitos anos. Não acredito que o Ministro se recorde disso, mas tive essa oportunidade, esse privilégio.

Saúdo os integrantes da Frente pela Reforma Política com Participação Popular, que AMB orgulhosamente e com satisfação integra, e a Deputada Luiza Erundina, que a preside e coordena,

responsável por suscitar e trazer à tona novamente o debate da Reforma Política.

Quero, inicialmente, prestar um esclarecimento acerca do envolvimento da AMB com esse tema, porque acho que ainda persiste no pensamento de muitos a idéia de que a magistratura, os juízes são entes que vivem num castelo, sozinhos, numa redoma de vidro, alheios aos debates e aos grandes temas nacionais. Essa visão já há muito resta ultrapassada. A magistratura brasileira há muito se interessa, participa e envolve-se com os grandes temas nacionais. Desde 2005, a AMB vem desenvolvendo campanhas que não se voltam apenas para interesses do Judiciário e da magistratura, mas campanhas que envolvem a sociedade. O tema "Reforma Política" integrou uma dessas campanhas, lançada em 2007.

A AMB, em 2007, lançou uma campanha para fomentar a discussão pela Reforma Política. A AMB não trouxe, não apresentou nenhuma proposta de Reforma Política perfeita e acabada. A AMB teve esta percepção, por todos aqui constatada: o tema Reforma Política só irá avançar na esfera adequada, no local adequado, que é o Congresso Nacional, com o envolvimento e engajamento da sociedade.

A AMB, em 2007, lançou uma cartilha e distribuiu-a no Brasil, explicando à sociedade o tema, explicando os assuntos relacionados à Reforma Política. A AMB, numa linguagem simples, procurou está procurando estimular essa participação e esse envolvimento

A AMB, numa linguagem simples, procurou e está procurando estimular essa participação e esse envolvimento, porque quando a sociedade se mobiliza, quando a sociedade se engaja na defesa de alguns temas, de algumas bandeiras, o Parlamento responde. O Parlamento, que é a voz, que é os olhos, que é reflexo dessa mesma sociedade, saberá dar a resposta, havendo esse engajamento e essa participação da sociedade.

A AMB não se furta, a magistratura não se furta a esse debate e a dar a sua contribuição, e o faz sem uma proposta fechada, mas no sentido de que o tema tem que ser discutido. A Reforma Política virá para o aperfeiçoamento da democracia e para a

melhoria e qualificação de nossa classe política. E acredito que os Parlamentares percebem isto, não tenho dúvida: a Reforma Política vem em prol dos políticos, em prol de uma melhoria substancial da imagem dos políticos. Sem essa Reforma Política, o caminho que estamos trilhando, a realidade com que nos estamos deparando só tende a piorar. É preciso que o Parlamento, Deputados e Senadores, dê-se conta disto: este é um tema que diz respeito a todos, principalmente aos políticos. A sociedade civil organizada e a AMB estão atentas e dispostas a colaborar na discussão desse tema.

Particularmente a AMB, nessa eleição de 2008, teve uma iniciativa que gerou muitas críticas e muita repercussão: a iniciativa de divulgar nomes de candidatos que respondiam a processo. A AMB, com relação a esse tema – e trago a palavra da entidade, do seu Presidente –, com essa iniciativa, não quis julgar e não se coloca na posição – e nem tem legitimidade para isso – de julgar ninguém, de julgar o político que responde a um processo. Contudo, a AMB tem uma contribuição a dar à sociedade, ao aperfeiçoamento da democracia. A AMB, quando suscitou o tema referente à vida pregressa, quis contribuir para a transparência do processo eleitoral.

Nós não fizemos lista suja, nem essa foi a intenção; nem nunca denominamos "suja" essa lista. Essa foi uma denominação da mídia, da imprensa. A AMB jamais emitiu qualquer juízo de valor sobre aqueles que respondiam a processos, nem nunca pediu que o eleitor não votasse naqueles que respondiam a processos. A AMB disse: "Para que o voto seja exercido de maneira consciente, o eleitor deve estar cercado e munido das informações necessárias sobre aqueles que pedem o seu voto". A AMB apenas facilitou o acesso a uma informação que já era pública. A AMB não julgou ninguém, nem pode nem poderia fazê-lo, nem emitiu qualquer juízo de valor. Da mesma maneira, quem se candidata tem que declarar o seu patrimônio, e o patrimônio goza de proteção, de sigilo. Ninguém pode descobrir ou ter acesso ao patrimônio de ninguém; mas, para se candidatar, esse patrimônio fica lá à disposição da população. A população também tem o direito de saber daqueles que já foram condenados, em

referência a crimes que têm repercussão direta com o processo político, com a representação política. A sociedade tem o direito de saber. O Parlamentar ou o político tem que se explicar, tem que se justificar. O soberano juiz é o povo.

Quando o Supremo Tribunal Federal, na ação movida pela AMB, disse que essa questão dependia de lei, que a Constituição, quando fala em vida pregressa, não é auto-aplicável. Seria necessária uma lei que dissesse em que casos a vida pregressa impede ou obstaculiza uma candidatura. O Supremo disse que isso é um papel ou do Parlamento ou, se o Parlamento não edita a lei, do eleitor. É o eleitor quem vai julgar. Cabe ao eleitor decidir se aquele que sofreu a condenação pode ou não ser candidato. E, para que julgue, para que faça esse julgamento, o eleitor precisa dessa informação, e essa informação é pública.

Portanto, eu gostaria de dar essa justificativa. A AMB quis, com isso, prestigiar a classe política e favorecer a transparência e o voto do eleitor, de maneira consciente. Esse foi nosso objetivo.

Nós entendemos que essa iniciativa está vitoriosa, na medida em que o tema vem inclusive na proposta do Governo. O Governo propugna, como reforma na Lei de Inelegibilidade, que a condenação em segunda instância por um colegiado impede a candidatura, é causa de inelegibilidade. A vida pregressa não pode ser confundida com trânsito em julgado. Se a Constituição fala em vida pregressa, evidentemente não está tornando indispensável o trânsito em julgado.

Nós entendemos que este debate que a AMB trouxe veio para ficar. Esse é um aspecto que precisa ser mudado. É um aspecto secundário dentro do contexto da Reforma Política, sim, mas é um aspecto que o Parlamento não pode deixar de debater e discutir.

A AMB concorda, em linhas gerais, com a proposta que o Governo enviou e vê como positiva esta iniciativa. Vê que, pela primeira vez, nós temos do Executivo uma proposta de Reforma Política. Temos manifestado, de maneira cabal, o interesse do Executivo na matéria. Isso é fundamental. A sociedade vai organizar-se, e a AMB continuará discutindo e levando o tema sem propostas fechadas, mas defendendo a necessidade do debate e da discussão do tema.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que a AMB não deixará esta luta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Agradecemos ao Dr. Paulo Henrique Machado a exposição.

Agradecemos às pessoas que nos honram com sua presença na Mesa, aos nossos convidados.

Passamos a palavra aos Parlamentares. A Mesa também terá espaço para pronunciar-se.

Eu gostaria de convidar a Deputada Luiza Erundina, autora do requerimento na Comissão de Legislação Participativa. S.Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA – Sr. Presidente, Deputado Adão Pretto; Sr. Presidente, Deputado Pompeo de Mattos; quero saudar a presença dos Ministros Tarso Genro e José Múcio e elogiar a prontidão e a disponibilidade de S.Exas., ao comparecerem a esta Comissão, ao Congresso, à Câmara dos Deputados, para se somarem à Frente Parlamentar neste processo de construção de consensos e de entendimentos em torno daquilo que, já se sabe, é uma demanda da sociedade. Certamente, haverá da parte do Congresso Nacional uma resposta positiva a esta demanda.

A nossa iniciativa ocorreu em nome da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular. Essa Frente tem uma peculiaridade; compõe-se, na sua coordenação, na sua direção, não só de representantes de Parlamentares das diferentes bancadas com assento nesta Casa mas também de representantes da sociedade civil organizada.

A coordenação da Frente é constituída por dez Parlamentares de diferentes partidos e de mais de uma dezena de entidades da sociedade civil, que com igual responsabilidade encaminham esse processo de debates, de reflexão e de encaminhamento de propostas, como o projeto do Deputado Ronaldo Caiado, fruto de uma Comissão Especial pela Reforma Política que, por meio dos Parlamentares que compõem a direção da Frente, encaminhou várias emendas com sugestões e iniciativas das entidades representativas da sociedade civil.

Eu teria pouco a acrescentar, porque me sinto contemplada com as falas dos companheiros que compõem a coordenação da Frente, fruto de debates e de reflexões que se acumularam no curso de mais de um ano. A Frente não é recente, tem mais de um ano, mas só retomou seu processo a partir da iniciativa do Governo. E queremos cumprimentar o Governo pela iniciativa.

Sabemos que, evidentemente, não temos acordo sobre alguns pontos da proposta, mas não é esse o propósito. O propósito é nos somarmos, para dividir e estimular esta reflexão pelo País inteiro.

Quando procuramos os Ministros, numa audiência recente, nós o fizemos para dizer que, primeiro, entendemos positiva a iniciativa e cumprimentamos o Governo por isso; e, segundo, queremos tornar-nos parceiros, como Frente Parlamentar, para estabelecermos um amplo debate na sociedade, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras Municipais, com os partidos políticos. Queremos, enfim, disseminar o interesse e envolver a sociedade civil no debate. A meu ver, não há interesse apenas das instituições políticas, mas também da sociedade civil, por tudo aquilo que já se disse nesta audiência pública.

Quero dizer aos Ministros e aos visitantes que nos honram com sua presença que esta Comissão de Legislação Participativa é uma janela aberta entre o Legislativo e a sociedade civil organizada. Ainda não foi de todo incorporada pela sociedade civil porque ainda existem restrições, existem impedimentos legais, regimentais. A democracia participativa, a democracia direta é muito mitigada na democracia brasileira.

Dirijo um apelo aos Srs. Ministros. Com toda essa disponibilidade, com essa abertura para conversar conosco e com a sociedade, quem sabe as propostas de V.Exas. poderiam contemplar elementos que avancem do ponto de vista da eficácia dos mecanismos da democracia direta, constantes da Constituição Federal de 1988, que lamentavelmente até hoje não tiveram sua completa regulamentação? Esta é uma demanda de consenso de todas as entidades que compõem esta Frente Parlamentar. Se V.Exas. entenderem correta e se avaliarem o mérito desta proposta, agreguem às suas proposições, aos seus anteprojetos, algo que venha na direção de reconhecer que a

democracia representativa só se consolida, que a democracia como um todo só se consolida se as duas dimensões estiverem igualmente contempladas no exercício da cidadania política, a democracia representativa e a democracia direta.

Para não mais tomar tempo, quero agradecer a V.Exas. a presença nesta Casa. Desde agora, desde sempre, desde já queremos somar-nos às iniciativas do Governo e sair pelo País afora, por intermédio dos vários Parlamentares de diferentes partidos e dos diferentes Estados da Federação, para levar esta mensagem, levar esta boa nova. Vamos construir juntos um projeto que não é nem do Parlamento nem da sociedade, mas do Brasil. É realmente necessário amadurecer o marco legal, o marco constitucional, o marco institucional, para que de fato a democracia seja uma conquista definitiva, permanente e verdadeira para cada cidadão e cidadã brasileiros.

Estamos às ordens e agradecemos a V.Exas. Estamos em movimento na construção dessa utopia, desse sonho de ter uma Reforma Política de verdade nesta Casa, juntamente com a sociedade civil. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Obrigado, Deputada Luiza Erundina.

Estamos com um pequeno problema. A palavra seria concedida à Deputada Iriny Lopes, que solicitou esta audiência na Comissão de Direitos Humanos, contudo o Ministro Tarso Genro está atrasado para um compromisso. Também o Deputado Luciano Castro quer usar a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Primeiro, saúdo V.Exa., os Ministros Tarso Genro e José Múcio Monteiro, os Srs. Deputados e os demais convidados.

Este tema é um tema nosso – aliás, é um tema da Casa. Nós, às vezes, ficamos nesta Casa nos lamentando de decisões tomadas porque simplesmente nos omitimos quanto à deliberação acerca de matéria que trata da vida de todos nós, a Reforma Política. Isso aconteceu quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quis legislar sobre fidelidade partidária. Isso chocou a todos nós, criou problemas de dimensões que só nós sabemos. E hoje voltamos ao tema provocado por uma ação de Governo, que também é político –

todo governo é político – e tem interesse numa Reforma Política que permita à sociedade brasileira discutir amplamente e adotar modelos que possam atender a interesses da sociedade.

O que nós precisamos fazer, Deputada Erundina – e louvo a iniciativa de V.Exa. de trazer o debate já neste final de ano –, é discutir isso já, agora. Em fevereiro, o Presidente desta Casa, seja quem for, terá que colocar o tema como prioridade na pauta, porque as transformações, as mudanças que queremos fazer, deverão ser feitas nas duas Casas, em dois turnos, até setembro, para que possam vigorar nas eleições de 2010.

Quanto aos temas, não concordo com esta posição: "Vamos resolver a fidelidade partidária, votar esse teminha, e isso já ficará acomodado". Não! Acho que os temas são profundamente relevantes e merecem ser discutidos amplamente. Não vamos obter acordo em tudo. Certamente, muitas dessas disputas dar-se-ão no plenário, mas essa é a forma mais democrática de encontrarmos a saída para o modelo que desejamos. E nós precisamos fazer isso!

Pedi muito ao Presidente Arlindo Chinaglia, e ainda insisto nisto, que estabeleçamos uma Comissão este ano, Deputado Flávio Dino. Precisamos voltar à nossa Comissão Especial, para reunirmos todos esses temas e começarmos uma discussão ainda este ano, a fim de que, no ano que vem, a Comissão já consiga dar prosseguimento às discussões e ampliá-las.

Cito, por exemplo, as discussões trazidas pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Ela é relevante? Tudo é relevante! Ninguém pode varrer para baixo do tapete tema algum: "Não vou tratar de ilegibilidade, não vou tratar de fim das coligações, etc." Não, vamos decidir na discussão e aprofundar os temas.

O Governo dá uma contribuição, provoca, dizendo: "Resolvam, porque o Judiciário está resolvendo". Se esta situação continuar, o Judiciário vai resolver de novo, e nós vamos ficar aqui lamentando, reclamando que o Judiciário está metendo o dedo onde não deve. Isso é verdade, mas como vamos ficar?

Precisamos ter responsabilidade. Esta Casa, os partidos, os Líderes, os Deputados têm que ter responsabilidade e dizer: "Esse é o nosso tema prioritário". Vamos discuti-lo, para o bem do

Brasil, para o bem da sociedade brasileira, a partir de fevereiro do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Obrigado, Deputado Luciano Castro.

Passamos imediatamente a palavra à Deputada Iriny Lopes, autora do requerimento, na Comissão de Direitos Humanos, para a realização desta audiência pública. S.Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES – Boa tarde, Sr. Presidente e senhores convidados.

Dirijo nosso agradecimento especial a cada um dos senhores e aos Ministros Tarso Genro e José Múcio, que vieram debater com todos nós, Parlamentares e entidades da sociedade civil representadas.

Acho que esta nossa audiência pública contribui muito para que possamos estabelecer um processo dentro desta Casa. No início, mais do que produzirmos acordos de mérito, precisaríamos produzir acordos de procedimento, com um objetivo claro, que nos unifica: a reforma. Qual será a reforma? Ela vai fazer parte do que é natural da luta política: a correlação de forças, a capacidade de negociar e de mobilizar, porque isso é a condição da política, a essência da política.

Acho que o Governo fez um gesto importantíssimo e extremamente responsável em relação ao País. No nosso processo de democratização, paulatinamente vimos avançando, evoluindo, consolidando processos, ampliando o arcabouço legal para dar sustentação aos avanços da nossa democracia. Acho que a Reforma Política é um passo decisivo nesse processo de democratização do País.

Não quero começar dizendo se vamos ter uma reforma extremamente ampla ou mais recuada. Não é esse o debate que precisamos fazer. Precisamos abrir o processo, combiná-lo com o novo Presidente que será eleito nesta Casa e com a nova Mesa. O primeiro passo já foi dado, o Governo já deu uma iniciativa fundamental, que provoca a discussão. A proposta do Governo pode ser universal, global ou ter lacunas, mas foi o primeiro Governo que enviou a esta Casa uma provocação dessa natureza. Isso, por si só, já é um grande mérito.

A sociedade precisa fazer o seu papel de mobilização. A Deputada Luiza Erundina estava falando sobre visitarmos o Brasil todo, capitais e principais cidades, para fazer esse debate. Acho que este não é um tema do Governo ou do Parlamento, mas do País. Nós podemos avançar na economia e passar pela crise sem profundos solavancos na nossa economia, mas continuarmos atrasados na representação política, na forma de escolha, na questão da representação partidária.

Portanto, devemos agora, impulsionados por esta audiência pública, travar no Colégio de Líderes alguns acordos e pactos que nos dêem condições de avançar. V.Exa., Deputada Luiza Erundina, e todos os demais Parlamentares e as Comissões que estão envolvidos nessa questão poderíamos fazer isso, antes da entrada do ano de 2009.

Acho que este é outro consenso: se não realizarmos a reforma em 2009, vamos entrar no processo de sucessão e tudo vai depender muito da correlação de forças e do interesse do próximo Governo. Por isso, não devemos perder a oportunidade de realizar uma Reforma Política no País em 2009, a mais ampla que conseguirmos, mas sem amarrá-la no início. Esse é o primeiro compromisso. E precisamos estabelecer um método que garanta e sustente esse compromisso.

Como diz o povo, quem pode mais chora menos. O mérito ficará por conta da nossa capacidade de nos mobilizarmos, de negociar, de interferir e de agrupar forças suficientes, para que a reforma seja a mais representativa dos interesses do País.

Agradeço a presença a todos os convidados, que atenderam ao nosso convite para este debate tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Obrigado, Deputada Iriny Lopes.

Agradecemos aos convidados, principalmente aos dois Ministros, que vieram representar o Governo.

O Ministro Tarso Genro tem um compromisso e, por isso, pediu para fazer a intervenção final. O Ministro José Múcio vai continuar conosco, para ouvir os demais companheiros Parlamentares e as entidades que irão pronunciar-se.

Passamos a palavra, para a intervenção final, ao Ministro Tarso Genro.

O SR. MINISTRO TARSO GENRO – Peço perdão pela minha retirada. Eu tenho audiência, marcada há muito tempo, com dois Parlamentares, um Senador e um Deputado. Por isso, peço a compreensão dos senhores.

Quero dizer que o Ministério da Justiça – e falo também em nome do Ministro José Múcio, meu companheiro, que não é coadjuvante, mas o coordenador político do Governo; eu sou o auxiliar de S.Exa. nesta coordenação da Reforma Política – está integralmente à disposição para colocar tudo aquilo que é legal e possível a serviço do debate da Reforma Política e da consolidação desta relação do Governo com a sociedade e do Parlamento com a sociedade, para que possamos criar uma cal de cultura positiva em torno da Reforma Política, fazendo com que esta Casa retome esse tema num patamar superior.

Entendam que o mandato que o Presidente Lula deu a mim e ao Ministro José Múcio, no mesmo plano, foi o de compartilharmos com esta Casa, compartilharmos com a sociedade civil um debate estratégico para a democracia brasileira. Temos hoje já um processo político democrático não bloqueado, mas em vias de bloqueamento, se não fizermos a Reforma Política. Isso vai oxigenar o sistema político brasileiro, vai fazer emergir novas lideranças e com que esta Casa tenha um prestígio cada vez mais positivo na sociedade e leguemos para as novas gerações que surgem dos processos eleitorais um sistema político mais sadio, um regime partidário mais autêntico e, portanto, uma democracia com mais consequências materiais na vida da nossa cidadania.

Muito obrigado por essa deferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Queremos agradecer ao Ministro Tarso Genro, que, apesar de seus compromissos, reservou todo esse tempo para participar conosco deste debate muito importante.

Dando continuidade, passamos a palavra ao Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Senhores da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, a questão

do acordo de procedimento é de fundamental importância, e terá início a partir do momento em que, no ano que vem, depois da Comissão, tratarmos do assunto em plenário e que o Governo modere a edição de medidas provisórias. Com essa avalanche de medidas provisórias, não conseguiremos votar a Reforma Política nesta Casa. Então, é preciso que o procedimento passe pelo Governo, com a moderação na edição de medidas provisórias. Caso contrário, teremos uma pauta difícil de ser destrancada e uma matéria difícil de ser votada.

Um segundo aspecto que eu queria abordar é que esta Casa – e o Ministro José Múcio já se referiu a isso – quer votar a Reforma Política, sim. Só que Reforma Política não é uma matéria para ser analisada de qualquer maneira, a toque de caixa, pois demanda muitos interesses, muitas responsabilidades, principalmente em relação a quem hoje menos pede a Reforma Política: o povo. O povo ainda não está pedindo a Reforma Política como a classe política e o Governo estão pedindo. A preocupação maior do povo, de acordo com a última pesquisa feita pela Confederação Nacional do Transporte (CNT)/Census, foi com a fidelidade partidária, que não foi votada nesta Casa por causa de um procedimento, porque se queria inverter a ordem de votação do Projeto de Lei nº 1.210, colocando na frente o financiamento público de campanha e a fidelidade partidária, temas muito mais difíceis de serem votados. Inverteu-se a ordem e nada foi votado.

Eu quero concordar, sem entrar no mérito. Quero dizer que o fim das coligações fortalece, sim, os partidos políticos. Essa história de partido de aluguel é muito relativa, porque partido de aluguel não é só partido pequeno. Alugam-se também partidos grandes por aí afora. Então, temos de mudar um pouco esse discurso.

O fim das coligações nas eleições proporcionais é de fundamental importância, a cláusula de barreira é de fundamental importância, apesar de ter se originado na ditadura militar – precisamos rever a cláusula de barreira; sem ela, não há como votarmos uma Reforma Política – e a fidelidade partidária é de fundamental importância.

Quanto ao financiamento público de campanha – e entrando no mérito agora, na condição de Parlamentar – e à lista fechada,

o Carlos Moura falou sobre um pronunciamento que eu fiz umas cinco ou seis vezes, quando estávamos votando Projeto de Lei nº 1.210. Onde os negros entram nessa lista? Onde entram as minorias, como os homossexuais, que estão reivindicando espaço maior na sociedade? Pode parecer brincadeira, mas na hora de votar vamos ver como vai ficar isso? Como os homossexuais entram nessa lista? Como o nepotismo entra nessa lista? E os filhos dos Governadores, dos Prefeitos e dos caciques dos partidos? Alguns dizem; "Não, não há caciques em partidos". Há, sim, nós sabemos que há. Como ficam os filhos dos políticos nesses partidos? Qual o lugar deles na lista?

Essas coisas precisam ser avaliadas com muito cuidado, para que não seja a lista fechada o maior entrave a essa Reforma Política. Até seria bom fatiá-la, porque há muito o que se discutir em torno dessa lista; ela é muito mais complexa do que pensamos.

Muitos ainda dizem: "Não, mas 15% dos filiados ..." – uma boa palavra do Governo. O.k. As religiões, como a católica carismática e a evangélica, começarão a filiar as pessoas indiscriminadamente nos partidos; os sindicatos farão o mesmo; e os Governadores e os Prefeitos com o peso de governo também filiarão pessoas nos partidos, para influenciar na lista.

Entrando no mérito, para encerrar, como ficará o custo disso para um partido? Quanto custará um voto no partido? E vejam que estamos querendo baratear o preço das campanhas, como, aliás, já barateamos, com a iniciativa vinda do Senado.

Com o procedimento vindo do Governo, Sr. Ministro, minha preocupação maior é fatiarmos, sim, e estudarmos com muita cautela a questão da lista fechada, com financiamento público, porque a votação de uma matéria que criava um imposto – a continuação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) – quase que arrebentou com a cabeça de muitos Parlamentares, que sofreram nas eleições, assim como todos nós que somos Governo.

De onde virá o dinheiro e como virá? – acabei entrando no mérito, não houve jeito.

Essas são as minhas maiores preocupações, para que isso não venha a ser um entrave para a Reforma Política.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Preto) – Obrigado, Deputado Lincoln Portela.

Aliás, no interior do interior deste País, os partidos são alugados de acordo com o tamanho. Valem quanto pesam. Não são só os pequenos. Aliás, os grandes valem muito mais, porque são mais importantes. No interior do meu Estado, não há o Democratas (DEM), não há o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), às vezes não há o Partidos dos Trabalhadoreds (PT) e o próprio Partido Democrático Trabalhista (PDT), que são partidos nacionais. Valem uma fortuna para ganhar tempo de rádio, fazer a diferença e ganhar a eleição. É algo impressionante.

Estão inscritos os Deputados Fernando Ferro, Chico Alencar, Jurandil Juarez, Fátima Bezerra, Duarte Nogueira e Flávio Dino, pela ordem.

Então, o Deputado Fernando Ferro está com a palavra, por três minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar o Ministro José Múcio, o Dr. Marcelo Lavenère, a companheira Eliana Graça, o Sr. Carlos Moura, o Dr. Paulo Henrique, Parlamentares e todos os demais presentes.

Eu parto primeiro da consideração de que somos um País em que a democracia tem pouco mais de cinquenta anos e só foram eleitos e concluíram seus mandatos os Presidentes JK, Fernando Henrique e Lula. É uma democracia ainda em reconstrução, frágil.

A proposta que o Governo traz vem num momento muito especial. Diferentemente do que imaginamos – porque alguns dizem que o povo não quer fazer Reforma Política –,o povo quer fazer Reforma Política, sim. Quer inclusive extinguir o Congresso Nacional. O povo pensa em fechar o Congresso Nacional. Seria uma Reforma Política brutal, mas uma Reforma Política.

No senso comum, acha-se que as mazelas políticas estariam resolvidas com o fechamento e a desmoralização do Congresso Nacional. Isso inclusive é alimentado por parte expressiva da nossa mídia, que supervaloriza as mazelas e fomenta esse ambiente de desqualificação e desconstrução da democracia.

Minha primeira provocação é: os meios de comunicação têm de estar nessa luta. Falamos pouco sobre isso, como se eles nada tivessem a ver com a questão – e têm. Temos de provocar, no bom sentido, a idéia de promover audiências nos Estados, a fim provocar a mídia a falar sobre a importância dessa reforma. Ela fala tanto sobre as mazelas, tanto sobre a degradação política.

Então, é importante reafirmarmos a importância da Reforma Política, porque o povo quer, sim, fazer uma Reforma Política, acabar com o Congresso e fechar tudo, como vemos em todos os resultados de pesquisa de opinião pública, segundo os quais a população põe a ação política lá embaixo. O que é isso? É uma manifestação política, dentro evidentemente da sua compreensão e da contribuição a que ele foi levado para desconsiderar, para desvalorizar a democracia.

Temos um trabalho muito importante, e a colocação do debate nesses termos é imprescindível.

Eu sou, Ministro José Múcio, um pouco descrente, e, às vezes, até tendo a concordar com o Dr. Marcelo Lavenère: nesta Casa, se não há, eu diria, a intenção de não fazer a Reforma Política, há uma preguiça muito grande, deliberada. Até porque, como se construíram os mandatos aqui? Foram construídos segundo conveniências, foram alteradas legislações que terminaram por montar essa representação. E mexer nela com a plenitude e a profundidade que a sociedade deseja eu tenho poucas esperanças que isso vá acontecer.

São importantes, porém, os passos que estão sendo dados. Se ficarmos pelo menos nas questões da fidelidade partidária, do financiamento público de campanha e na regulamentação da estrutura partidária, porque precisamos de partidos para haver democracia, já será uma avanço. Não podemos ficar com o simulacro de siglas como partidos. Se conseguirmos fazer isso nesta Legislatura, criaremos a base para, na próxima Legislatura, aprofundarmos a reforma, que não será um remendo eleitoral, mas será, porque já haverá uma estrutura partidária diversa, o início de outra cultura de representação política e de outra base de construção democrática, para se começar a pensar em algo

mais ambicioso, e, aí sim, aprofundar as demais necessidades de Reforma Política.

Para concluir, fugindo um pouco do tema levantado, eu parabenizo a AMB pela iniciativa de constituir e divulgar a chamada "lista suja". Mas eu gostaria também de saber se a AMB tem uma "lista suja" de juízes, porque quero saber também como eles estão sendo julgados.

Do mesmo jeito que é importante conhecermos os Parlamentares que serão julgados pelo voto, quantos juízes são autores de procedimentos lastimáveis? Eu vou dar um exemplo: na minha cidade, Recife, há um juiz responsável por uma série de julgamentos e que foi flagrado, no campo do meu time de futebol, expondo-se de maneira indecorosa para crianças e outras pessoas. Foi preso inclusive. E permanece no exercício do cargo de juiz, julgando. Faz parte, para mim, de uma "lista suja", por procedimentos inaceitáveis para um magistrado.

Quero ver também no site da AMB a 'lista dos juízes sujos', para que possamos, a exemplo do que os senhores fizeram com os Parlamentares, saber quem de fato está com comportamentos que ajudam a construir pedagogicamente a vida pública, a vida republicana, a democracia. Não se pode esconder, nem querer esconder procedimentos e atitudes de quem quer que seja. Temos de ser completos nas nossas ações.

Por último, quero dizer, Deputada Luiza Erundina, que estaremos engajados na sua luta, que teremos de fazer uma caravana pelo País afora para, em conjunto talvez as Assembléias Legislativas e com sociedade de cada Estados, promover um conjunto de audiências deste tipo, a fim de mobilizarmos o mais amplo contingente de pessoas que possam nos ajudar a deflagrar esse sentimento da necessidade da Reforma Política, nem que seja nesses três ou quatro pontos a que me referi.

Se fizermos isso, será uma vitória política estrondosa. Se conseguirmos votar a Reforma, eu considero que teremos concluído com glória esta Legislatura. Se fizermos isso, teremos amplas condições de dizer: "Nós cumprimos o papel desta Legislatura", porque, para mim, essa é a chamada mãe das reformas que temos de fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

Passamos a palavra ao companheiro Deputado Chico Alencar. S.Exa. tem três minutos

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Confesso que andava muito cético, porque a Reforma Política é tão velha quanto eu neste Parlamento Nacional...

O SR. MINISTRO JOSÉ MÚCIO – Até antes de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Claro... na minha percepção. Mas houve um impulso mudancista muito grande com a eleição do Lula, em 2002. S.Exa. disse aqui, no início dos trabalhos legislativos, que a reforma das reformas era a Reforma Política. E aqui, nesta sala, constituímos a Comissão Especial da Reforma Política. Avançamos, fizemos um anteprojeto razoável, e deu em nada. Veio a Legislatura que está em curso e empacamos no tal Projeto de Lei nº 1.210, que é um cadáver insepulto.

Mas uma audiência como esta me chacoalha um pouco. Talvez o mais promissor desta reunião seja o compromisso que vamos ter de solidificar: a de que a próxima Mesa Diretora a Câmara dos Deputados, a ser eleita em fevereiro próximo, daqui a três meses, tem de ter como prioridade a Reforma Política. Isso já é um patamar importante para nós.

Aí a discussão é do embate mesmo. Vejam que paradoxo: o Deputado Fernando Ferro disse que o povo quer a Reforma Política e destruir as formas políticas vigentes. Se tiver de fechar o Congresso Nacional, não tem problema. É uma forma atravessada de querer essa mudança, porque isso remonta a raízes históricas. O Brasil tem muito mais estadania e poder do que cidadania, desde a colonização, período em que houve as exclusões que sempre denunciamos aqui.

Mobilizar a população é fundamental; senão, nem mesmo com um compromisso formal do Parlamento. E o Ministro José Múcio é sempre otimista, ao dizer: "O Parlamento quer, sim, a reforma". Quer, mas não quer muito. Vai querer se for provocado, se houver demanda.

O Parlamento, por definição, é o espaço de certa acomodação e de certo continuísmo. Cada um dos 513 Deputados tem a sua Reforma Política, porque está mais preocupado com sua sobrevivência e com a reprodução de seu mandato. Nós somos mesquinhos, porque somos seres humanos. Temos dificuldade de pensar grande.

Eu distribuí para alguns um texto do Jânio de Freitas, publicado na Folha de S.Paulo do dia 26 de outubro, no segundo turno das eleições. Ele dizia que aquelas eleições municipais eram a falência dos partidos que fizeram toda a sorte de aliança. Partido por definição tem que ter identidade, programa, doutrina, visão de mundo, projeto de País, proposta para a cidade, e, em geral, não tem.

Vejam só – desculpem-me os colegas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o maior partido da Casa: o maior partido do Brasil não tem um projeto de Brasil minimamente delineado. Alguém aqui pode afirmar quem o PMDB tende a apoiar para a Presidência da República? Alguns acham que é um lado, outros acham que é outro, mas ninguém, em sã consciência, pode dizer isso, nem mesmo o PMDB. Outro dia, o Deputado Michel Temer foi sincero e falou: "Podemos estar de um lado ou de outro; podemos ter candidatura própria". E é um partido forte, recém-consagrado nas urnas por não ter projeto delineado, nítido, posição de grupos, de classes. É ou não é?

Vamos ser francos: o povo quer a Reforma Política se possível destruindo as formas atuais da política. Os partidos não têm identidade. As coligações são de tal monta que o PT e o DEM se coligaram em mais de 700 Municípios.

O PSOL, que o Jânio diz aqui que é de uma vã juvenilidade, ficou na sua posição mais fechada, com exceções que já estão sendo averiguadas para eventuais punições. E aí, com esse purismo todo, fez 25 – só isso mesmo – de 51 mil Vereadores. E o Deputado Fernando Ferro ainda briga, que é o número do DEM.

Nós vivemos uma situação muito crítica e muito grave, mas tudo depende de mobilização.

É sempre arriscado dizer que o Congresso Nacional quer discutir e votar a Reforma Política. Também tendo a achar que não

quer, se der para ficar acomodado. O velho Giordano Bruno dizia que é ilusão achar que quem desfruta o poder vai querer modificar o poder, assim como também o povo. Talvez ele diga mais quando há de 25% a 30% de abstenção na eleição com voto obrigatório – creio que a média nacional foi essa. Numa eleição polarizada como a do Rio de Janeiro, a dita capital política do País, no segundo turno, houve 30% de votos brancos, nulos e abstenções. Não é no chamado Brasil profundo, não. E sabem o que marcou muito lá? Um candidato tinha passado por cinco partidos, o nosso colega Eduardo Paes, que foi eleito Prefeito, e Fernando Gabeira, que fez sua campanha com um mote que mexeu com muita gente – e, evidentemente, ele tinha suas idéias. Na televisão, a toda hora era reiterado: "Não importa nem mesmo o projeto e o programa. Eu quero votar é na pessoa, no caráter do Gabeira, e não na proposta que ele representa. Isso não é mais importante." Isso tem apelo, mas é um desastre, desconstitui as possibilidades civilizatórias políticas deste País.

Por isso, a Reforma Política é um imperativo. Temos de criar essa demanda e chacoalhar os nossos partidos, para que ela aconteça.

Por fim, vamos olhar agora os gastos de campanha. Eu suspeito que o declarado caixa dois diminuiu, mas ainda existe, por fora, sobretudo aqueles postes humanos que seguram cartazes. Aquilo é um mundo de dinheiro. Eu suspeito que, só para eleger os Prefeitos de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, se gastou em torno de 100 milhões de reais. E ai não dá. Aí, as maiorias sociais jamais vão ser maiorias políticas. Uma pessoa de poucas posses, um trabalhador, mesmo num partido forte, jamais terá chance ser eleito. E isso é uma adulteração do nosso processo democrático.

Já que estamos tão entusiasmados como o Obama, vamos falar assim: aqui tem de ser a terra da democracia, da justiça, da liberdade e das oportunidades.

Oportunidade política é criar um sistema um pouco menos injusto e excludente. O sistema político no Brasil é extremamente excludente e injusto, por isso que o Parlamento fica desacreditado.

A AMB fez uma pesquisa ainda este ano e a publicou em junho ou julho. O brasileiro assume que vota para ter benefício pessoal. Setenta por certo esperam, com o voto, ganhar alguma coisa para a sua família, porque a política, como dimensão coletiva, está muito apequenada.

Então, é um imperativo: temos de entrar nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Obrigado, Deputado Chico Alencar. Só não vamos gastar o dinheiro que o Obama gastou, porque ele gastou muito dinheiro. Nunca vi tanto dinheiro num lugar só. É fantástico.

Com a palavra o Deputado Jurandil Juarez. Não está.

Com a palavra a Deputada Fátima Bezerra. Também não está.

Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira. Também não está.

Com a palavra Deputado Flávio Dino. S.Exa. estava aqui há pouco.

Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. DEPUTADO CARLOS ABICALIL – Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Quero inicialmente saudar as Deputadas Luiza Erundina e Iriny Lopes pela retomada desse tema. Saúdo também o Deputado Adão Pretto, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, o Deputado Pompeo de Mattos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, os ilustres convidados, particularmente o colega José Múcio, hoje Ministro das Relações Institucionais, que muito tem se dedicado a esse tema – e, por isso, lembrou ao Deputado Chico Alencar que a idade desse tema é um pouquinho maior que a nossa presença no Legislativo, a minha e a do Deputado Chico Alencar.

Não queremos nos habituar a tratar desse tema de forma espasmódica: a cada eleição tratamos do tema, e, em seguida, ele se desvanece em face dessa tendência de manutenção de determinados status, principalmente da tendência de conservação dos que chegam aqui pelo sistema definido anteriormente.

Esse é um do principais problemas que teremos de enfrentar no próximo período, de modo a dar sustentação a esse movimento que vem crescendo.

Devemos registrar a presença da OAB, da AMB, do INESC e da CNBB na Mesa, o que fortalece os movimentos que aqui dentro já têm ressonância. Mas, necessariamente, precisamos fazer com que essa ressonância alcance os segmentos majoritários da mídia brasileira, que não entram no que é essencial na reforma e ficam, a cada eleição, tratando do que é periférico, dos acidentes de percurso, das listas A, Y ou X , sujas ou menos sujas, limpas ou menos limpas, e não apresentam para a sociedade um novo modelo de representação.

Temos uma cultura autoritária em relação ao senso comum, e, por essa razão, eliminar o Congresso Nacional, que em tese é a representação do próprio povo, é uma via de risco do ponto de vista da aferição opinião imediata que precisa ser convertida em outra opinião. E isso só se fará se dermos oportunidade de debate, de fluência e de frescor a esse tema que permanentemente é olhado com desconfiança pelo cidadão comum.

O fato de nos inscrevermos em qualquer lista eleitoral já nos coloca, mesmo daqueles com o melhor dos currículos, sob suspeição frente ao eleitorado. Estou me referindo ao eleitorado comum, não ao chamado "eleitorado de opinião".

Conviver com essa situação nos afixia, especialmente àqueles dedicados ao aprimoramento das representações democráticas, que, no Brasil, vêm se consolidando, mas que por esta mesma consolidação se revelam ainda insuficientes para os desafios que temos de enfrentar adiante.

Quero saudar a iniciativa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e da Ordem dos Advogados do Brasil, que, de modo próprio, trazem o tema para esta Casa num momento oportuno, momento que poderia ser apenas um daqueles espasmos a que me referi, mas que desejamos seja tratado como doença crônica, de modo que permanentemente ele seja martelado aqui para que possamos avançar no sentido de ter uma reforma com outro perfil.

É evidente que os interesses de organizações partidárias, as diferentes tradições de organizações partidárias, as diferentes práticas de exercício de autoridade no interior de cada um dos partidos e que compõem o seu próprio corolário não desapare-

cem nesse cenário. Mas não podemos assistir de maneira inerte ao desfazimento progressivo das diferentes identidades, porque é isso que confunde o eleitor.

Esse é um dos pontos importantes que refletem diretamente nesta Casa, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores e que contribuem para essa névoa em torno da existência ou não de partidos. Por essa razão, um debate que precisamos enfrentar, qualquer que seja a solução majoritária, é exatamente esse da coligação nas eleições proporcionais, que, durante algum tempo, foi exercitado sem qualquer vínculo com a majoritária, e, depois, por imposição do Tribunal – vale dizer aqui, do Tribunal – passou a seguir a regra da verticalização, até hoje mal assimilada, porque em 2002 foi de um jeito e em 2006, de outro. Ela não se verificou de maneira concreta de forma a escapar de determinados apoios informais. O partido não faz coligação majoritária formalmente, mas informalmente faz seus acordos de apoio a A, B ou C, além das chamadas "frentinhas" de sustentação parlamentar. A própria regra da verticalização tal como concebida por norma do Tribunal não deu conta de organizar.

Por outro lado, nós nos queixamos de nossa competência legislativa estar sendo invadida por decisões de outro Poder, do Poder Judiciário. Evidentemente, esse diálogo não pode prosseguir se continuarmos como surdos-mudos, sem tradução de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Podemos continuar sendo surdos-mudos, mas temos de ter a tradução de LIBRAS.

Este é o momento que precisamos aproveitar, tendo em vista o resultado das recentes eleições municipais. Há um ambiente favorável para debater tudo sobre 2010, até porque o Presidente Lula não disputará a reeleição. O protagonismo do Governo é importante nesse sentido, dada sua condição de poder organizar o debate no interior de sua base de sustentação, que é heterogênea e plural, mas que tem condição de fazê-lo.

E sua presença aqui, Ministro José Múcio, ajuda-nos muito a vislumbrar o passo seguinte de como organizar o debate no interior desta Casa, sem nenhum vício de invasão de competência. O fato de V.Exa. ser um Parlamentar experiente e estar exercendo, como todos reconhecemos, com competência, um cargo de

Ministro junto à Presidência da República nos dá o conforto de poder orientar bem o debate para o próximo período.

É muito desconfortável vivenciarmos uma situação como a do início do ano passado, quando iniciamos um processo deliberativo que ficou inconcluso. Temos um esqueleto insepulto, o Projeto de Lei (PL) nº 1.210, que, ao final, se resumiu a um único dispositivo, o que abre a janela para evitar cassação de mandato por infidelidade partidária, matéria que ainda deverá ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal, porque não há previsão constitucional a respeito.

Mas qual foi o resultado do PL nº 1.210? Foi a abertura daquela janela um ano antes ao mês que antecede a eleição para eventual mudança de partido.

Do PL nº 1.210, o que mais nos restou? Como os Deputado Chico Alencar e Fernando Ferro lembraram, na Comissão Especial foi unanimidade, salvo engano meu, o substitutivo apresentado pelo Relator. Nossa surpresa foi que essa unanimidade se desfez por completo no plenário da Câmara dos Deputados, com idéias que percorreram diversos partidos, inclusive o meu, sobre, por exemplo, lista ser aberta ou fechada, meio aberta, meio fechada, mista, híbrida, um percentual para cá, outro para lá.

Financiamento de campanha, meus amigos, apontado no documento em referência, é um tema que temos de enfrentar com coragem. Ninguém mais do que os Parlamentares sofremos na pele o atual sistema de financiamento de campanha, tendo em vista nossa prerrogativa de votar o Orçamento da União, assim como fazem os Estados e os Municípios.

O nível de suspeição que se espalha sobre as Casas Legislativas, neste momento em que as campanhas são pretéritas e o Orçamento é futuro, seguramente nos faz muito mal, até porque buscamos atuar com correção acerca do que é prerrogativa do Congresso Nacional, da qual não podemos abdicar, sob pena de não legislarmos sobre um assunto fundamental para o ordenamento da ação de política pública, o Orçamento.

Esse é um assunto que chega à beira do insuportável, e a cada eleição isso se repete com maior gravidade, ainda mais porque os instrumentos de controle se transformaram numa verdadeira

parafernália, porque a complexidade da prestação de contas de campanha eleitoral no Brasil só vem se acrescentando. E o volume de demandas lançadas ao Judiciário sem solução em tempo, ilustre representante da AMB, vai esticar essas listas sujas, sem que saibamos qual é o sabão em pó que limpará a sujeira ou a nódoa colocada. Não queremos avolumar ainda mais o trabalho que está pendente de solução nos tribunais.

Ainda nos restam pouco mais de dois anos nesta Legislatura, e gostaria muito que não deixássemos como herança para a próxima Legislatura o cadáver insepulto do PL nº 1.210. Esse tema tem sido levantado com muita veemência nesta Casa, especialmente graças ao esforço de pessoas com grande experiência e densa representatividade junto aos movimentos social – vou repetir o nome, por dever de ofício e por convicção, o nome das Deputadas Luiza Erundina e Iriny Lopes, entre outros Parlamentares. Precisamos fazer com que essa pauta ganhe maiores espaços da Casa, com janelas ou sem janelas da medida provisória, até porque acho que o fundamental é cumprirmos esta tarefa.

O Partido dos Trabalhadores tem uma opinião que seguramente se espraiará ou não, dependendo da nossa competência coletiva nesta Casa de alcançar um bom termo nesse tema. A proposta vai no sentido de agir na sociedade civil – caso não se resolva, caso não haja um ambiente propício para a reforma, ainda que mínima, em dois ou três eixos centrais, como coligações, financiamento, fidelidade – rumo a uma Constituinte exclusiva que trate da organização do Estado e, dentro da organização do Estado, dessas condições da representação política.

Evidentemente, não é uma pauta fácil. Por essa razão, nós, homens e mulheres, que criamos problemas, temos o dever de encontrar soluções. Os outros animais não acham, porque não criam problema. Por isso, não têm esse dever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Obrigado, Deputado Carlos Abicalil.

Passo, de imediato, a palavra à companheira Raquel Guisoni, do Conselho Nacional das Mulheres, porque já começou a Ordem do Dia e ainda há companheiros inscritos para falar.

A SRA. RAQUEL GUISONI – Esta audiência foi bastante positiva. Acho que temos de dar continuidade a ela.

Várias coisas foram abordadas aqui, eu poderia repeti-las, mas a hora está adiantada. Nós, mulheres, queremos também ter uma representação, uma visibilidade, um espaço e uma atenção.

Sr. Ministro, enquanto a colega da Frente Parlamentar estava discorrendo sobre a luta por igualdade, sobre a participação das mulheres no poder político, a sua fisionomia – infelizmente, foi assim que transpareceu para mim; não sei se estou correta – era de bastante desagrado, usando uma expressão muito singela, para não dizer outra coisa.

Isso mostra a necessidade da luta pela emancipação das mulheres, que o Governo Lula destacou com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Conseguimos, através da mobilização popular, realizar duas conferências de mulheres no Brasil, mostrando que queremos ter espaço na política. Por isso, a Reforma Política tem de contemplar também essa questão, que não é questão de minoria, porque hoje somos maioria do eleitorado.

O resultado das eleições mostrou que, mesmo com as quotas, mesmo com as medidas paliativas, tem de haver outras mudanças de qualidade.

Não queremos lutar sozinhas. Nessa luta pela igualdade de direitos e pela participação no poder, temos de estar juntos com os companheiros homens. Hoje, muitas vezes, a política é considerada só de homens. Os espaços das mulheres, pelas condições que temos, são muito complicados, muito difíceis. Para que uma mulher seja candidata, precisa investir muito na formação, criar condições.

Com relação à lista, ela é o mínimo. Essa discussão é muito profunda. O aspecto cultural deve ser colocado e temos de combatê-lo. Como acredito que estamos no processo de debate da Reforma Política, podemos aprofundar mais essa questão. Não vejo que a saída seja só a lista. Os partidos políticos têm de colocar outras questões.

Um companheiro enfatizou que a lista criará problema. Temos de fortalecer o partido político, porque se houver partidos políticos que fazem negociatas para quem está na lista, para

mim, não é partido político. Quem está nele, tem de sair, ir para outro. Temos de batalhar por partidos que tenham, de fato, programas políticos. E isso para não ocorrer o que está acontecendo hoje, quando, infelizmente, a eleição se torna um alto negócio lucrativo. Isso é muito triste.

Todos nós, homens e mulheres, queremos, de fato, uma Reforma Política democrática, com participação de todas as brasileiras e brasileiros. É lógico que não dá para dizer agora como ela será, mas precisamos, pelo menos, contribuir para alterar a realidade que está aí.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Muito Obrigado, Raquel Guisoni, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Comunico que a Patrícia Rangel, do CFEMEA, é a última inscrita. Depois, o Dr. Paulo Henrique fará sua manifestação final, por um minuto, e o Ministro José Múcio responderá às perguntas, até porque estamos sendo cobrados pela Presidência da Casa. Quando a luz amarela é acesa, ainda dá para levarmos a reunião adiante, mas quando acende a vermelha, o Presidente Arlindo Chinaglia exige nossa presença em plenário.

Com a palavra a Patrícia Rangel, do CFEMEA.

A SRA. PATRICIA RANGEL – Somos do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que, a exemplo de algumas entidades representadas na Mesa, compõe a Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular.

Somos entusiastas de uma Reforma Política no sentido amplo, conforme alertou a companheira Eliana Graça. Aliás, depois da última fala e da exposição da Eliana, senti-me tão contemplada que, na verdade, minha vontade não era nem de falar, mas acho extremamente necessário para reforçar um ponto.

O objetivo da minha fala é alertar para um risco de retrocesso. Deixo bem claro que, apesar se apoiarmos amplamente a iniciativa de uma Reforma Política, temos um incômodo bastante grande em relação às propostas apresentadas pelo Executivo.

Há uma frase, de Eduardo Galeano, escritor uruguaio, que define bem a nossa inquietação em relação à participação das mulheres na política institucional. Galeano disse, certa vez, que "as mulheres Deputadas eram náufragas em um oceano de machos."

A frase é bem ilustrativa do nosso quadro. Por exemplo, de todos os Prefeitos eleitos, só 9% eram mulheres; de todos os Vereadores eleitos, só 11% ou 12% eram mulheres. Nesta Câmara dos Deputados, apenas 45 mulheres foram eleitas. Nesta sala, observamos que há uma mulher fazendo parte da Mesa e um pouco mais participando, ouvindo os debates. Até a temperatura da sala mostra que esta é uma Casa masculina. Os homens estão confortavelmente acomodados com a temperatura fria, mas as mulheres estão totalmente encolhidas.

Sem me ater muito à temperatura da sala, fica bem claro que a política institucional é um ambiente completamente dominado por homens. O sistema eleitoral no Brasil reforça e perpetua esse perfil.

Quando abordamos Reforma Política no sentido estrito, com o propósito de mudar as características do sistema eleitoral para diminuir essa disparidade de sexo, seria necessário que houvesse, no mínimo, a adoção de lista fechada com preordenamento de sexo. Essa lista fechada só se tornará efetiva se for garantido esse preordenamento e se for observada a necessidade de paridade.

Falei tudo isso só para dizer que a proposta do Executivo, por um lado, é muito positiva, porque contempla nossa demanda enquanto movimento feminista de adoção de lista fechada; e, por outro lado, preocupa-nos muito, porque, até o momento, no sistema de lista aberto, temos a reserva de 30% de vagas nas eleições proporcionais para mulheres. Enfim, adotando lista fechada e garantindo o preordenamento de três para um só até metade da lista, indica-nos um risco de retrocesso.

Apoiamos, sim, a iniciativa de uma Reforma Política, mas tem que ficar bem claro que a reforma tem que olhar para a frente, para buscar uma sociedade mais justa, menos desigual, muito diferente da que temos há quinhentos anos. Tendo esse modelo de listas, realmente o que nos parece e nos assusta é o risco de retrocesso. Não é suficiente o preordenamento de três

homens para uma mulher até metade da lista. Isso, definitivamente, não nos contempla de forma alguma. Enfim, há o risco de perdermos o que conquistamos, porque a situação proposta parece conseguir incrivelmente ser pior que a atual.

Era nesse sentido que eu queria fazer minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Muito obrigado, companheira.

Aproveito, enquanto nossos colegas Deputados membros da Comissão estão presentes, para anunciar que, amanhã, às 10h, teremos reunião ordinária para votar os projetos pendentes, que temos urgência de votar. A Ordem do Dia começará ao meio-dia, e V.Exas. sabem que o Presidente Arlindo Chinaglia endureceu de maneira tal que, após a hora que começar a Ordem do Dia, o que for votado nas Comissões será anulado. Portanto, temos urgência de amanhã, às 10h, nos reunirmos, nem que seja por meia hora. Peço aos companheiros que façam esse favor para nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Deputado Adão Pretto, desejo saudar o Presidente Nacional do PMDB, Michel Temer, nosso colega, que já foi Presidente da Casa e não era tão duro assim quanto o Deputado Arlindo. Foi um grande Presidente. Aliás, ganhou meu voto. Estreei aqui votando nele para Presidente. Meu primeiro voto nesta Casa foi para eleger o Presidente, e votei nele. Vejam que coisa boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – Agradecemos ao Deputado Michel Temer a presença.

(Não identificado) – E eu folgo em saber que S.Exa. chegou depois do que eu disse do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) – O Juiz Paulo Henrique pediu um minuto para responder ao Deputado Fernando Ferro. Depois falará o Ministro.

O SR. PAULO HENRIQUE MACHADO – Gastarei um minuto apenas. O Deputado fez uma provocação, a qual aceitei. A AMB nunca fez nem pretende fazer levantamento de nome de Parlamentares que respondem a processos. A iniciativa da AMB voltou-se apenas para candidatos, ou seja, para aqueles que iam pleitear ao povo, detentor do poder, um mandato eletivo.

Em relação aos juízes, todos eles se submeteram a processo diferente do dos Parlamentares. Faz-se um concurso público para ser investido no cargo. Ao se submeter a esse concurso público, os magistrados, como, acho, a grande maioria dos servidores, passam por um processo e são submetidos a uma investigação social bastante ampla. A inclusão do nome desse candidato a um concurso de juiz numa lista do Centralizadora dos Serviços dos Bancos S/A (SERASA), do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) já constitui obstáculo e impede a possibilidade de ele fazer um concurso, de ter a chance de chegar ao cargo. Por esse tipo de investigação os magistrados, antes de serem investidos, passam. A AMB não faria isso jamais em relação ao Parlamento, ao Poder Legislativo, em relação aos integrantes do Poder Legislativo, mas fez em relação àqueles que estavam postulando o mandato popular.

Com relação aos magistrados já investidos que respondem a processo, também não vejo problema algum em dar transparência. Os tribunais conduzem esse tipo de procedimento. Não vejo também qualquer problema em isso ser do conhecimento da sociedade. A AMB é defensora, é a favor da transparência em todos os sentidos, e não em relação apenas aos outros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Obrigado, Dr. Paulo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, por sugestão do Juiz Paulo Henrique, acho que temos que criar uma comissão de identificação de juízes sujos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Eu já havia colocado um intróito. É um pouco de redundância o que o senhor disse em relação ao que eu mesmo disse. Veja bem: são apenas os que são candidatos, mas, via de regra, todo Parlamentar é candidato na esquina do tempo. Todos são. E o juiz é candidato só uma vez na vida. Faz o exame uma vez, passa e depois pode fazer tudo e está livre. Quanto ao Deputado, o candidato ao voto é examinado como candidato. Depois de quatro anos, é examinado novamente. A cada quatro anos, tem de passar pelo exame da AMB. E a AMB faz um exame uma vez

e esquece pelo resto da vida. Então, há pesos e medidas. Acho que deve haver transparência, mas tem de haver equilíbrio. E o equilíbrio é que se impõe.

Tem a palavra o Ministro José Múcio Monteiro Filho para fazer a manifestação final.

O SR. MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO – Antes de fazer o comentário final, quero dirigir-me à D. Raquel e dizer-lhe que foi injusta comigo. Talvez a transparência tenha sido mal interpretada. Estudo muito esse assunto e tenho paixão por esse assunto. Posso dizer que sou um dos mais antigos Parlamentares da Casa e participei de todas as tentativas, do trabalho de Abicalil, do trabalho de Alexandre Cardoso, do trabalho de Ronaldo Caiado. Participei de todos os trabalhos desde que cheguei aqui, em 1991. Chego a dizer à senhora que é tão importante essa reforma que, se parássemos tudo e fizéssemos a Reforma Política, o trabalho do Legislativo e do Executivo seria mais fácil. Por quê? Não sabemos o que pensam os partidos.

Minha transparência, interpretada de forma diferente pela senhora, dá-se pelo seguinte: nos debates a que tenho ido, as pessoas sempre perguntam pela lista. Qual será a participação das mulheres? Qual será a participação do ponto de vista étnico? Num dia desses, fui procurado por um grupo de índios. Qual vai ser a participação dos índios? Qual vai ser a participação dos homossexuais? Quando Eliana referiu-se à participação das mulheres, pela minha fisionomia foi como se dissesse assim: lá vem a lista e a sua composição. Na semana passada, num debate no Itamaraty, esta foi a primeira pergunta: "Quais serão as posições?" Cada grupo vai reivindicar para si, os homossexuais, os índios, os negros.

Eu acho, com toda a sinceridade, por maior que seja minha paixão por esse tema, primeiro que o financiamento público e as listas são absolutamente indissociáveis. É como querer ir para o céu sem morrer. Tem que haver uma coisa e outra. E precisamos não ter açodamento e desmanchar os espíritos quanto às opiniões contrárias.

De todas as discussões de que já participei nesta Casa, a mais acirrada foi sobre a Reforma Política. Quem era a favor de um

tema colocava absoluta passionalidade, e quem era contra um tema colocava absoluto radicalismo.

Primeiro, esse é um tema que poucos conhecem e de que muito poucos entendem. Tenho participado de debates com a imprensa, nas universidades. Às vezes, para provocar e até para eu ficar melhor, começo a fazer perguntas. "Para você, o que é o voto distrital?" Poucas pessoas respondem. "Para você, o que é o voto distrital misto?" Poucas pessoas respondem. "Para você, como são o financiamento e a composição da lista?" Esse é um tema sobre o qual muitos opinam com entusiasmo. Muitos são contra com radicalismo. E o maior grupo entende pouco de cada ponto da Reforma.

Num dia desses, participei de grupo seleto. Quero sugerir à Deputada Luiza Erundina que se reúna com os órgãos de imprensa separadamente, com cada rede, cada jornal. Depois, motive as Assembléias Legislativas a vir aqui ao Presidente. O Presidente Michel Temer, um dos candidatos à Mesa da Casa, disse-me que, se for Presidente, esse será o primeiro tema que assumirá.

Nossa democracia, D. Raquel, está com risco absoluto. Os cargos executivos são avaliados com altos índices – Presidente da República 70%; Governadores 50%, 60%; Prefeitos 50%, 60% –, e, nós, legisladores, não passamos de 3%. Ou seja, a sociedade acha que somos desnecessários, e sabemos que somos imprescindíveis para a democracia.

Eleição injusta existe desde aquela de Jesus e Barrabás, quando os desinformados elegeram um ladrão. Mas aquele ladrão era honesto. Ele dizia: "Eu sou ladrão". E o povo votou nele. Roma tinha poder econômico e não queria perdê-lo. Pilatos não queria perder o emprego. Os sacerdotes não queriam perder a liderança e fizeram boca de urna. Ganhou o ladrão, e perdeu o que tinha ficha limpa. Não adiantou juiz, não adiantou nada, porque o homem da ficha suja foi escolhido, e quanto ao nosso acharam pouco. Ainda penduraram ele lá, e, para tirar, foi aquela mão-de-obra.

Vou dizer para a senhora o seguinte: precisamos enfrentar esse problema e resolver essa questão eleitoral, que é de séculos.

A sociedade mudou, evoluiu. Eu sou tão otimista! Eu acho que o mundo mudou. As minorias começam a ter vez. Aqui, no Brasil, quem imaginava que um representante dos pobres ia fazer essa revolução que fez, dando aos que não tinham sem tirar dos que tinham?

Quem imaginava essa eleição, sobre a qual está todo o mundo falando, do Obama? Não é só o fato de ser negro, de uma minoria assumir, mas também o seu sobrenome, Hussein – ele tem uma origem no Islã. Outra força chega ao poder decisório americano, e outras minorias serão ouvidas não como proscritos, mas como parcela da sociedade, do mundo que precisa ser ouvido e ter participação.

Precisamos exercer o que dizemos que somos, democratas. E democracia pressupõe o absoluto respeito, como dizia Voltaire, à opinião dos outros, mesmo que seja contrária à nossa. Precisamos deixar nossas armas descansar, entender que essa Reforma Política não é nem do Governo Lula nem da Oposição. É da sociedade brasileira, é do País, é da permanência da democracia, porque eu não sei por quanto tempo o povo vai achar que ainda somos necessários. E sabemos que somos absolutamente imprescindíveis. Esta Casa tem muito poder e pouco conceito.

Só com a Reforma Política vamos justificar verdadeiramente a nossos filhos por que sacrificamos tanto nossas vidas, misturando-nos com alguns e dizendo: sou honesto, sou limpo. A política é um instrumento do bem na mão dos bons, mas é um instrumento perigosíssimo e para o mal na mão dos maus. E temos que conviver aqui com bons e maus, porque faz parte do princípio democrático, mas todos foram escolhidos.

Essa construção precisa ser feita com humildade, com paciência, passo a passo, para uma legislatura, para duas legislaturas. Que aqueles que sejam contra a lista não maculem as modificações daqueles pontos consensuais, que Abicalil conhece, que a Deputada conhece, que Chico, que Ferro conhecem tão bem. "Vou ser a favor dessa janela, mas, se é contra a lista, eu sou contra." Não tem nada disso. Tem que ser ponto por ponto.

Tenho absoluta certeza de que somos absolutamente convergentes. Precisamos apenas ser disciplinados. Vim como Ministro,

mas estou aqui como Parlamentar. E mais: estou aqui como brasileiro, porque acho que avançamos. A democracia é difícil de ser exercida, mas é o melhor dos regimes. E, em todas as vezes que precisarem da minha participação aqui, sem limite de horas – eu não estou trabalhando por mim nem pelos meus filhos –,trabalharei de forma justa por um Brasil que a senhora deseja e que todos merecemos.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) – Muito obrigado, Ministro José Múcio; muito obrigado, Sr. Lavenère; muito obrigado, Sra. Eliana; muito obrigado, Dr. Paulo Henrique; muito obrigado, debatedores; muito obrigado, Deputada Luiza Erundina; muito obrigado, Deputada Iriny Lopes; e muito obrigado a todos os colegas Parlamentares.

Convoco reunião da Comissão de Direitos Humanos para amanhã, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

Siglário

A

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros

C

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CLP – Comissão de Legislação Participativa
CNT – Confederação Nacional do Transporte
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

D

DEM – Democratas

I

INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos

L

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

M

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

P

PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PL – Projeto de Lei
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PV – Partido Verde

S

SERASA – Centralizadora dos Serviços dos Bancos S/A
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

T

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

ISBN 978-85-736-5601-5